

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA  
CURSO DE PEDAGOGIA

**ANIELLE RABELO BEZERRA**

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL  
NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS.**

São Luís

2019

**ANIELLE RABELO BEZERRA**

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL  
NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS.**

Monografia apresentada ao curso de  
Pedagogia, da Universidade Estadual do  
Maranhão, para o grau de licenciatura em  
Pedagogia.

Orientador (a): Nadja Fonsêca da Silva  
Campos

São Luís

2019

Bezerra, Anielle Rabelo.

A formação de professores, currículo e diversidade cultural no ensino fundamental de uma escola municipal de São Luís / Anielle Rabelo Bezerra. – São Luís, 2019.

... f

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Nadja Fonseca da Silva Cutrim Campos.

1.Diversidade. 2.Formação. 3.Currículo. I.Título

CDU: 373.3.091(812.1)

**ANIELLE RABELO BEZERRA**

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL  
NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS.**

Monografia apresentada ao curso de  
Pedagogia, da Universidade Estadual do  
Maranhão, para o grau de licenciatura em  
Pedagogia.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Profa. Dra. Nadja Fonseca da Silva (Orientadora)**  
Doutora em Educação em Ciências e Matemática  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Examinador 1  
**Universidade Estadual do Maranhão**

---

Examinador 2  
**Universidade Estadual do Maranhão**

Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos e professores que colaboraram de forma especial para a minha formação acadêmica.

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para sabermos o que seremos.

Paulo Freire

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus por me ajudar a enfrentar meus medos e os obstáculos da vida, à minha família por ser o suporte sempre que precisei, principalmente meus pais, Bárbara e Erbeth, que nunca mediram esforços para oferecer uma educação de qualidade, uma vida digna, mesmo diante das dificuldades que passamos. Às minhas irmãs, Aline e Hamanda, por serem meus exemplos de seres humanos, estudantes e profissionais a serem almejados.

Agradeço também ao meu namorado, amigo e companheiro Magno, por sempre me ajudar, apoiar e ser ponto de paz nos momentos de dificuldades. Agradeço aos amigos que conquistei durante a graduação, pela paciência, fidelidade e parceria, que fizeram com que nossos laços se tornassem fortes, fazendo de uma amizade uma nova família. E por último gostaria de agradecer minha orientadora, a professora Dr<sup>a</sup> Nadja Fonsêca, pela destreza e carinho durante o processo de orientação.

## RESUMO

O presente projeto de cunho qualitativo teve como objetivo analisar a importância da formação dos professores voltada para a abordagem do currículo na perspectiva da diversidade cultural e como o currículo colabora para realização da abordagem sobre a temática diversidade cultural na escola, de modo a contribuir para a formação de alunos com diversas culturas. O espaço escolar pode proporcionar ao aluno o desenvolvimento para o convívio com o outro respeitando os valores, etnias, crenças e comportamentos divergentes, de modo a construir-se cidadãos que respeitam e reconhecem suas diferenças. A pesquisa buscou ainda, compreender os processos de formação de professores, a construção do conhecimento e a discussão sobre a diversidade cultural no contexto escolar, partindo do pressuposto de que o currículo busca suscitar com os alunos, valores como solidariedade, tolerância e respeito. O trabalho pedagógico se situa como possibilidade de discussão sobre a diversidade no ambiente escolar e como os sujeitos propõem metodologias para solucionar problemas e confrontos ligados à problemática da diversidade. A metodologia da pesquisa de abordagem qualitativa se iniciou com a pesquisa bibliográfica e de análise documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais, LDBEN N.9.394/1996, BNCC, etc, bem como, a aplicação de questionário com os professores do Ensino Fundamental de uma escola da Rede Municipal de ensino de São Luís-MA. Na investigação, usou-se como base a pesquisa qualitativa que é fundamentada no diálogo e que se apoia na construção social dos conceitos e significados. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com nove questões sobre currículo, diversidade e formação dos professores. Os dados foram colhidos entre os meses de setembro e outubro de 2019. A partir da compreensão da realidade pesquisada, entende-se que a diversidade na escola se tornou uma temática de extrema relevância a ser explorada para que haja a formação de cidadãos capazes de ter um convívio social harmonioso dentro das particularidades de cada indivíduo. Considera-se necessário intensificar e ampliar o debate sobre a Diversidade Cultural com a comunidade escolar, dando ênfase na relevância de criar possibilidades de espaços de formação continuada voltado para o currículo diversificado e integrado, pautado na perspectiva da educação igualitária, intercultural e emancipatória.

**Palavras-chave:** Diversidade, Currículo, Formação de professores.

## **ABSTRACT**

The present qualitative project aimed to analyze how teachers are trained and how the curriculum contributes to the approach about cultural diversity in schools, in order to contribute to the education of students with diverse cultures. The school space can provide the student with the development of the area with each other while respecting the values, ethnic backgrounds, beliefs and divergent behaviors, so as to build up citizens who respect and appreciate their differences. The research has also sought to understanding the processes of teacher training, the development of the knowledge, and the discussion about cultural diversity in the school context, based on the assumption that the curriculum seeks to arouse in the students, values such as solidarity, tolerance and respect. The pedagogical work is the possibility of a discussion on the diversity in the school environment and the subjects they propose methodologies to adress the issues and conflicts related to the issue of diversity. The methodology of the research, the qualitative approach started with a literature search and desk review of the National Curriculum Parameters (pcn), Law of Guidelines and Bases of National Education no. 9.394/1996, BNCC, etc, as well as interviews with the teachers of the Elementary School in the Municipal School system of São Luís (MA). In the investigation, it was used as a basis for the qualitative research, which is based on the social construction of concepts and meanings. The instrument used for data collection was a questionnaire with nine questions about the curriculum, diversity and teacher education. The data were collected between the months of September and October of 2019. Based on the assumption of the reality of the research, it is clear that the diversity in the school, has become a topic of extreme relevance to be explored for the training of citizens, to be able to have a social life harmonious within the particular circumstances of each individual. It is considered necessary to enhance and broaden the debate on Cultural Diversity with the school community, with emphasis on the importance of creating opportunities or spaces for continuing education geared to the curriculum is diversified and integrated, based on the perspective of education, equality, intercultural and emancipatory.

**Keywords:** Diversity, Curriculum, Training of teachers.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNDH - Programa Nacional em Direitos Humanos

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                        |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                                               | <b>12</b> |
| <b>2 METODOLOGIA.....</b>                                                                                                                                              | <b>15</b> |
| <b>2.1 Caracterização da Pesquisa .....</b>                                                                                                                            | <b>16</b> |
| <b>2.2 Delineamento da pesquisa.....</b>                                                                                                                               | <b>17</b> |
| 2.2.1 Instrumentos de coleta de dados.....                                                                                                                             | 17        |
| 2.2.2 Caracterização da amostra.....                                                                                                                                   | 18        |
| <b>3 CONTEXTO HISTÓRICO LEGAL DA DIVERSIDADE.....</b>                                                                                                                  | <b>18</b> |
| <b>4 A DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR.....</b>                                                                                                                        | <b>24</b> |
| 4.1 O espaço escolar enquanto produtor e reprodutor da diversidade.....                                                                                                | 29        |
| 4.2 A realidade sobre diversidade cultural no Brasil.....                                                                                                              | 33        |
| <b>5 CURRÍCULO E DIVERSIDADE .....</b>                                                                                                                                 | <b>36</b> |
| 5.1 A pluralidade cultural dentro dos PCN e BNCC.....                                                                                                                  | 37        |
| 5.2 Temas integradores da Proposta Curricular da Semed.....                                                                                                            | 41        |
| <b>6 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A<br/>DIVERSIDADE CULTURAL.....</b>                                                                                 | <b>46</b> |
| 6.1 Desafios da profissão docente na educação atual.....                                                                                                               | 49        |
| <b>7 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E DIVERSIDADE<br/>CULTURAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE<br/>SÃO LUÍS: Discutindo os resultados .....</b> | <b>53</b> |
| 7.1 Análise de Dados.....                                                                                                                                              | 53        |
| <b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                                     | <b>61</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                                     |           |
| <b>APÊNDICES</b>                                                                                                                                                       |           |

## 1 INTRODUÇÃO

Falar sobre a diversidade e um currículo articulado na formação dos professores, traz à tona a discussão sobre as funções e os papéis que os professores e a comunidade escolar estão dispostos a assumir. Nesta perspectiva, segundo Freire (2008) faz-se necessário, a redefinição da concepção de currículo e da formação contínua de professores voltada para seu desenvolvimento profissional, de modo a qualificar e aprimorar suas práticas docente.

É necessário discutir esses valores, no intuito de tornar a educação cada vez mais um direito de todos. A escola e os professores precisam refletir: Os professores têm formação adequada para trabalhar com a diversidade dentro da sua sala de aula? Como é feita a abordagem sobre as diferenças em sala? Como e até que ponto os preconceitos e as discriminações que ocorrem dentro de sala de aula estão ligados à prática docente? Essas são algumas questões se fazem presentes ao longo do processo de formação e atuação do professor enquanto agente transformador da realidade escolar.

No que tange à formação de profissionais da educação para trabalhar com as diferenças culturais dos estudantes, observa-se que nossa sociedade é extremamente preconceituosa e discriminatória. Provavelmente, grande parte dos professores, alunos, funcionários e familiares, inseridos nesse contexto, possuem preconceitos. Para Freire (2006), aceitar isso implica não só em combater o preconceito do outro, mas entender os próprios preconceitos. Isso nos leva a refletir que o questionamento do preconceito envolve raciocínio, conhecimento histórico sobre as razões do seu surgimento na sociedade e em nós. É importante também perceber que foi construída na sociedade uma cultura que traz rejeição ou aceitação das diferenças, carregada de emoções, que facilitam ou dificultam a sua compreensão e superação como aponta Tardif (2012).

De acordo com Candau (2012) a escola, em seu papel social de formação de cidadãos, deve se caracterizar como um espaço democrático que oportunize a discussão sobre a diversidade, pautada nas desigualdades e discriminações ainda recorrentes na sociedade atual. Nesta perspectiva, pretende-se com este estudo, aprofundar a questão, buscando contribuir com reflexões pertinentes em relação à prática de uma educação livre de atitudes e mentalidade discriminatórios, entendendo que a escola e o corpo docente que a compõe também tem sua responsabilidade na construção de um novo paradigma de respeito às diversidades.

Assim, esta pesquisa é o resultante de uma pesquisa de campo realizada com professores do 6º ao 9º ano dos anos finais do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de São Luís, com a finalidade de analisar como os professores enxergam a abordagem da diversidade na sua prática educacional, como se dão os espaços para formação continuada e como se veem enquanto sujeitos transformadores da realidade social do seu meio educacional.

Além desses aspectos referentes aos professores, cabe aqui analisar também como a escola tem buscado discutir sobre o respeito às diferenças, imergindo seus alunos em uma abordagem baseada na formação de cidadãos. Dessa forma, Freire (2008) elucida que a escola contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes da diversidade que os cerca, dando eloquência ao respeito às diferenças que podem ser encontradas em qualquer espaço.

Destaca-se que a motivação para pesquisar sobre a diversidade no âmbito escolar, começa a partir do momento em que se entende que as diferenças culturais, étnicas, religiosas, comportamentais nos cercam diariamente, e que por maior que sejam as influências externas, a escola mantém-se como um espaço que exerce um importante papel para as transformações sociais e o surgimento de mudanças. Além disso, este trabalho visa contribuir com a discussão sobre diversidade, inclusão e várias outras formas de reformulação da escola, abrindo caminho para uma escola diversa, de modo a transformar o espaço escolar em um espaço de compartilhamento e criação de conhecimentos.

Com a globalização e as alterações causadas por ela, as concepções sobre o mundo se modificaram. As profundas mudanças que ocorreram na sociedade, vieram de amplos processos culturais no mundo “pós-moderno”. Em torno dessas transformações o ser humano começou a ter uma visão ampla sobre a sua diversidade. A partir disso, surge a importância de levantar a discussão sobre uma educação mais abrangente e integradora, que respeite a diversidade. De acordo com análise de Soares (1986, p.165):

O grande desafio que se coloca é a necessidade de entender a relação entre cultura e educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar ou fonte, de que se nutre o processo educacional, onde se formam pessoas e consciência.

A escola é um espaço de discussão, reflexão, inclusão e respeito de diferenças - físicas, culturais, étnicas, religiosas, sociais - e é por isso que vários educadores e estudiosos se empenham para transformar a escola em um espaço cada vez mais igualitário. Morin (2001) compreende que o ambiente escolar:

Como espaço de formação educacional precisa ser um espaço aberto, em que todos os indivíduos se sintam acolhidos em sua singularidade, pois ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade. (MORIN, 2001, p. 57).

Assim, a diversidade se torna relevante dentro do contexto educacional, quando se compreende que a escola passa a ser um espaço onde há o desenvolvimento de uma prática pedagógica que busca atender ao seu público com base no respeito às diferenças. Nesse sentido, um dos grandes desafios dos professores é o de saber se portar diante das diferenças sociais e culturais que perpassam sua sala de aula.

Dessa forma, a escola em parceria com os professores, torna-se o lugar que possibilita a todos os alunos as mesmas oportunidades, utilizando metodologias e diferentes estratégias de aprendizagem. Aliás, vale salientar que é um espaço formado por uma população diversa, com variados grupos, que possuem tradições e costumes particulares. De acordo com Morin (2001, p. 56):

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas (MORIN, p. 56, 2001).

Reconhecer que os tempos são outros, saber discernir o essencial como uma possibilidade é um direito de todos, ainda que seja difícil mudar comportamentos, estruturas e padrões estabelecidos. Segundo Freire (2002, p. 66), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Respeitar o outro é o reflexo do respeito que temos por nós mesmos. Assim, a luta pelo respeito à diversidade necessita de ações efetivas para a promoção de uma escola que se empenhe em quebrar as barreiras do segregacionismo e que leve à integração de diferenças, respeitando as diversas culturas, gerando assim, uma sociedade mais democrática.

Essa pesquisa busca compreender de que modo as ações educativas, podem contribuir para a construção de um espaço que respeite a diversidade, impulsionando a escola a formação cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades, direitos e deveres. Portanto, a pesquisa torna-se relevante quando entra em contato com a realidade da escola e da formação do professor, sendo uma temática em evidência atualmente, tendo em vista que a diversidade cultural retrata uma das mais notórias características da sociedade, e por

consequente, faz-se presente na instituição escolar, partilhando automaticamente os reflexos culturais históricos que repercutem no ambiente educacional.

O trabalho tem como objetivo geral, analisar a importância da formação dos professores voltada para a abordagem do currículo na perspectiva da diversidade cultural e tem como objetivos específicos: Conhecer a proposta curricular da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para levantamento de dados qualitativos; Identificar os processos de formação de professores para um currículo que vise o respeito à diversidade; Compreender o papel do (a) docente no processo de construção do currículo voltado para a diversidade e construção do conhecimento pelo estudante.

O desenvolvimento da pesquisa ocorre através de cinco capítulos que discorrem sobre o tema. A partir do terceiro capítulo dá-se o enfoque à temática, realizando uma revisão sobre o contexto histórico legal da diversidade, trazendo os documentos legais que direcionam e dão garantia à uma educação que respeite e valorize a diversidade. O quarto capítulo discorre sobre a diversidade no contexto escolar, discutindo acerca da realidade em que a escola está inserida. O quinto capítulo é destinado para a discussão de um currículo que promova a diversidade, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular e proposta Curricular da Semed. O sexto capítulo faz referência à formação dos professores e os desafios que enfrentam para atuarem no novo contexto escolar diante da problemática da diversidade. No sétimo capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos, bem como as possibilidades de análise considerando a proposição do trabalho. Por fim, as considerações finais e os trabalhos futuros.

## **2 METODOLOGIA**

A temática da diversidade deve estar incluída na formação dos professores voltada para o alcance de uma educação intercultural, a partir da compreensão, aceitação e superação dos preconceitos que estão arraigados em nossa cultura, que acabam fazendo parte das práticas sociais, inclusive, da prática docente.

Diante do contexto científico, a pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos. A realidade passa a ser elucidada a partir de um cunho teórico, sem a pretensão de solucionar integralmente a realidade, recorrendo a vários instrumentos de pesquisa.

Considera-se que a pesquisa se inicia a partir da existência de uma pergunta, uma dúvida ou pensamento para a qual se quer achar a resposta. Portanto, a pesquisa é a

busca ou procura de respostas para determinados questionamentos. Para Gil (2002, p. 17), a pesquisa é marcada como o:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Segundo Minayo (2007, p. 44) a metodologia pode ser considerada “como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação”. Então, para que o conhecimento científico da pesquisa seja validado é necessário que a metodologia esteja de acordo com os objetivos traçados, sendo assim, a metodologia é parte fundamental do processo de realização da pesquisa.

Os dados desta pesquisa foram obtidos através de análise qualitativa, que segundo o argumento de Godoy (1995, p. 63) “Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento de fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada.”

É válido ressaltar que a pesquisa qualitativa possibilita a leitura da realidade, pois, segundo Chizzotti (1995, p.79),

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

No que concerne aos métodos qualitativos, ressalta-se que são utilizados pelos pesquisadores para evidenciar o questionamento sobre as coisas, expressando o que deve ser feito, sendo assim, não contabilizam os valores e as trocas de conhecimento nem se sujeitam a comprovar os fatos, já que os dados analisados não podem ser medidos e colaboram na criação de diferentes abordagens. Dentro da pesquisa qualitativa, o sujeito que pesquisa é ao mesmo tempo o objeto de suas pesquisas, consequentemente, o desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. Dessa forma, o conhecimento do pesquisador é inacabado e restrito.

## **2.1 Caracterização da Pesquisa**

## ● Bibliográfica

Caracteriza-se por utilizar documentos já estudados e analisados anteriormente e publicados em livros, periódicos (jornais, revistas etc), artigos, que tratam sobre a mesma temática analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Para Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Realizada a partir do estudo e análise dos escritos teóricos de autores como Andrade (2009) (D'Ambrósio (2007); Tardif (2012); Morin (2001); Moreira e Candau (2003); Freire (2000); Dentre outros autores que discutem e pesquisam sobre a diversidade dentro do âmbito educacional.

## 2.2 Delineamento da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada através de pesquisa de campo, realizando a aplicação de questionário. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações realizadas após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um embasamento teórico sobre o assunto, já que é nesta etapa que serão definidas as hipóteses e os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Segundo Gonçalves,

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p.67)

O principal objetivo da pesquisa de campo é coletar as informações necessárias e obter conhecimento sobre um determinado problema ou hipótese, para os quais busca respostas.

### 2.2.1 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados é a busca por informações para o esclarecimento do tema ou fato que o pesquisador busca discutir. Para início da coleta dos dados, foi aplicado um

roteiro de entrevista aberto que continha sete perguntas, dividido em quatro perguntas subjetivas e três perguntas objetivas, aplicados a nove professores da escola-campo de forma individual.

Para Andrade (2009), os instrumentos de coleta de dados são os meios em que se pode aplicar as técnicas selecionadas, portanto, para que a pesquisa seja realizada por meio de roteiro ou formulário, é preciso que o assunto abordado seja pesquisado, assim, os instrumentos de “uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem às necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar procede-se à construção dos instrumentos adequados”. (ANDRADE, MARGARIDA 2009, p. 132/133).

Partindo desse pressuposto, o questionário é um instrumento de cunho científico que é formado por um conjunto de perguntas organizadas segundo um critério preestabelecido, que deverá ser respondido sem a presença do pesquisador/entrevistador e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes. (MARCONI; LAKATOS, 1999).

### 2.2.3 Caracterização da amostra

Com o intuito de alcançar profissionais de diversas licenciaturas, optou-se por realizar o estudo de caso e aplicação de questionário na escola-campo com os professores, postos aqui como sujeitos da pesquisa.

A escola-campo pertence à rede pública municipal de ensino, de São Luís, e oferece no turno matutino o Ensino Fundamental nos anos iniciais e no turno Vespertino o os anos finais Ensino Fundamental, a pesquisa foi realizada com professores que lecionam do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, nove professores se dispuseram a responder o questionário e colaborar com a pesquisa em questão.

## 3 CONTEXTO HISTÓRICO LEGAL DA DIVERSIDADE

O artigo 206 da Constituição Federal (1988), além de falar sobre a liberdade de aprender e de ensinar, o texto fala no inciso III (1998, p. 123) também sobre: “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”.

Tratar da diversidade na escola não é, portanto, apenas uma forma de atender ao princípio constitucional de pluralismo de ideias. Significa promover a tolerância entre as

diversas maneiras de se expressar e os diferentes pensamentos e modos de viver presentes na nossa sociedade.

Ainda de acordo com a Constituição Federal (1998), a Educação está no bojo de uma série de direitos garantidos pelo texto no artigo nº 227, ao citar que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, Constituição Federal, 1988, p. 132)

Outro marco legal que vai ao encontro dessa determinação é o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Dentro das Diretrizes para a promoção da democracia e dos direitos humanos, o inciso X busca a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”. O texto traz em si o reforço para promover uma educação atrelada à diversidade e à necessidade de erradicar todas as formas de discriminação como diretrizes do Ensino brasileiro. Essa concepção toma forma na estratégia 13 da meta 3, relacionada ao Ensino Médio, que prevê ações de combate à evasão escolar provocada por preconceito ou qualquer forma de discriminação.

Depois do PNE, o documento oficial mais novo que tratou sobre a temática é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, que dentro das suas Competências Gerais, faz referência à diversidade, mais especificamente na competência 6, que visa:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, BNCC, 2019, p. 9)

O documento traz a ideia de educar os jovens para respeitar a diversidade, sem que haja qualquer discriminação ou preconceito, dando ênfase no que já está estabelecido nas outras leis educacionais. Na base do Ensino Médio e do ensino Fundamental encontra-se o termo diversidade várias vezes, associado aos conteúdos e competências específicas para cada conteúdo, sendo objeto de conhecimento do 1º ano do Ensino Fundamental na disciplina de Ciências.

De acordo com as Diretrizes Nacionais, a Educação em Direitos Humanos “é uma educação integral que visa ao respeito mútuo, pelo outro e pelas diferentes culturas e tradições” (BRASIL, 1996, pág. 4). Isto demonstra que, para que haja uma Educação em

Direitos Humanos, precisa-se então, de uma colaboração de agentes que atuam na criação de ações que amparam a educação.

Nessa perspectiva, Freire (2002) acredita que a cidadania é o conhecimento e efetivação sobre os deveres e direitos humanos na sociedade e é imprescindível que todos tenham igualdade de oportunidades. No entanto, nos dias atuais a cidadania assume significados mais complexos, que perpassam o sentido de atender somente às necessidades políticas e sociais, assumindo que há a demanda por circunstâncias que proporcionem uma vida digna ao ser humano, levando em consideração, o acesso aos patrimônios culturais, econômicos e sociais. De acordo com a fala de Freire a democratização escolar (2002, p. 79), “[...] é uma construção que, jamais terminada, demanda briga por ela. Demanda engajamento, clareza política, coerência, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar à parte de uma educação da cidadania e para ela”.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Pode-se destacar o inciso II do artigo 5º dos Fundamentos da resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010: “A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.”

Ainda sobre o parecer CNE/CEB nº 7/2010, de acordo com os Princípios norteadores da resolução, o Art. 6º infere que os sistemas de ensino as escolas deverão adotar como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, determinados princípios:

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias. (BRASIL, p.2, 2010)

Sendo assim, esses princípios visam assegurar ao educando uma educação pautada na garantia de direitos, no respeito às diferenças, assegurando-lhes uma formação de qualidade, indispensável para o pleno exercício da cidadania.

A necessidade de uma mudança curricular face à emergência de temas sociais relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea, elaborou para o ensino fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que traz à margem que:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. (BRASIL, 1997, p. 117)

A diversidade marca a história social do brasileiro. São variadas características culturais e que se apresentam de diversas maneiras sobre a forma que compreendem o mundo, as organizações sociais nos diferentes grupos e regiões do Brasil, a forma como se relacionam com a natureza, a convivência com o outro, que confere a mutação do seu “ser” humano. Segundo Tardif (2012) a sociedade se difere a partir de nichos, onde as pessoas adquirem vivências diversas, que traduzem ritmos de vida próprios, com a inserção de ensinamentos e de valores distintos presentes em um mesmo espaço.

O que torna essa proposta dos PCN inovadora é a existência de temas transversais que deverão percorrer as diferentes disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes) e concede, com isso, a interdisciplinaridade dentro do ensino fundamental. Os temas transversais são: Convívio Social e Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Saúde, Trabalho e Consumo. Após vários debates com as secretarias de educação de estados e municípios e com profissionais especializados de diversas áreas do conhecimento, os PCN foram aprovados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), constituídos por um referencial nacional onde os sistemas de ensino estaduais e municipais possam adequá-lo à sua realidade escolar. Reconhecendo a necessidade de uma educação multicultural, criou-se, no âmbito dos PCN, como tema transversal a permear as diferentes disciplinas curriculares, o estudo da Pluralidade Cultural. Segundo os Parâmetros Nacionais Curriculares:

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações

sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer (BRASIL, 1997, p. 12)

Os PCN propõem como objetivos do ensino fundamental o desenvolvimento das seguintes capacidades:

- conhecer a diversidade do patrimônio etnocultural brasileiro, cultivando atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia;
- compreender a memória como construção conjunta, elaborada como tarefa de cada um e de todos, que contribui para a percepção do campo de possibilidades individuais, coletivas, comunitárias e nacionais;
- valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira;
- reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania;
- desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação;
- repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/ etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais;
- exigir respeito para si e para o outro, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra, ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão;
- valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural;
- compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças;
- analisar com discernimento as atitudes e situações fomentadoras de todo tipo de discriminação e injustiça social. o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural do país, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, devendo alunos e professores posicionarem-se contra quaisquer formas de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, p. 69, 1997)

O desenvolvimento de tais capacidades busca a construção da cidadania dos alunos, dando a eles a oportunidade de valorizarem a sua identidade cultural, dialogando com as diferenças que permeiam a realidade da diversidade cultural, em um convívio que propicie o respeito às diferenças e repúdio aos atos preconceituosos e discriminatórios.

Ainda no âmbito das políticas públicas governamentais, podemos citar o “Programa Nacional de Direitos Humanos”, elaborado pelo Ministério da Justiça na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso e que previa, “medidas e políticas que devem ser efetivadas para reconhecer e proteger os indivíduos como iguais na diferença, ou seja, valorizar a diversidade presente na população brasileira para estabelecer acesso igualitário aos direitos fundamentais” (BRASIL, PNDH, 2009, p. 53). Quanto aos objetivos propostos pelo PNDH (2009, p. 65), destaca-se aqui, o objetivo estratégico V que propõe uma ação

estratégica de “e) Adequar o currículo escolar, inserindo conteúdos que valorizem as diversidades, as práticas artísticas, a necessidade de alimentação adequada e saudável e as atividades físicas e esportivas”.

Conhecendo toda a valorização cultural das minorias sociais, pouco se fala sobre a diversidade na escola brasileira. Recentemente, mesmo com as leis criadas há mais de duas décadas, é que essa temática tem sido assídua. A partir disso, é que a questão da pluralidade cultural vem alcançando certa importância no espaço escolar. Segundo Gomes (2003)

O reconhecimento dos diversos recortes dentro da ampla temática da diversidade cultural (negros, índios, mulheres, portadores de necessidades especiais, homossexuais, entre outros) coloca-nos frente a frente com a luta desses e outros grupos em prol do respeito à diferença. Coloca-nos, também, diante do desafio de implementar políticas públicas em que a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam respeitadas dentro das suas especificidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de experiências e da garantia dos direitos sociais. (GOMES, 2003, p. 70)

Gomes (2003) esclarece que o espaço escolar deve gerar uma autonomia significativa nos seus alunos, tornando a escola um local de externalização da curiosidade e ousadia, a fim de dialogar com todas as diversas culturais e concepções de vida. Falar sobre pluralismo não significa falar sobre versatilidade, mas sim de um conjunto formado por pedaços de várias culturas. Assim, podemos priorizar o diálogo com todas as culturas, dentro de uma visão de uma cultura que se abre às outras. Para Gomes (2003), a diversidade cultural é algo mais complexo e multifacetado do que se pode imaginar. O seu significado vai muito além da percepção do aspecto multicultural da nossa sociedade. Por isso, a reflexão sobre a diversidade cultural exige por parte da escola um posicionamento político e crítico dando atenção às suas múltiplas facetas. Dada a realidade cultural e a miscigenação da sociedade brasileira, esse trabalho torna-se ainda mais desafiador.

É preciso, então, proporcionar por meio de uma educação em níveis variados, o conhecimento perante à diversidade cultural, assim como a ação necessária diante das informações sobre os bens do nosso patrimônio histórico cultural. Somente dessa forma é que poderemos contribuir para a criação de uma escola plural e cidadã que tenha em seu fundamento a formação de sujeitos conscientes de seu papel na sociedade e como podem ser agentes sociais na busca pelas mudanças na realidade.

#### **4 A DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Ao tratar sobre diversidade em educação, emerge a ideia de se promover as mesmas igualdades de condições, dando a oportunidade para que todos os estudantes tenham acesso e permanência na escola, respeitando as diferenças encontradas no espaço escolar. Ao analisar etimologicamente a palavra “diversidade”, constata-se que, de acordo com o Mini-dicionário Aurélio (2004), diversidade significa: “1 Qualidade ou condição do que é diverso, diferença, dessemelhança. 2 Divergência, contradição (entre ideias, etc). 3 Multiplicidade de coisas diversas: existência de seres e entidades não idênticos, ou dessemelhantes, oposição.”

Segundo Silva (2000, p. 52) “isto nos leva a indagar qual é a educação que está sendo forjada no espaço escolar, e até que ponto está contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel no projeto de sociedade”. Quando refletimos sobre a diversidade cultural no contexto escolar diante da realidade da violência e da exclusão em que se encontra a educação, das práticas pedagógicas que por vezes são descontextualizadas da realidade dos educandos, pode-se perceber, então, que o maior desafio dentro do âmbito educacional, é o de que as escolas possam contribuir mais efetivamente para a formação de cidadãos com consciência crítica e que sejam atuantes dentro dos princípios éticos.

Assim, compreendemos que as diferenças culturais são intrínsecas ao processo social que é inteiramente interligado a outro processo, que é o da aprendizagem do educando para aquisição de novos conhecimentos. Paulo Freire (2006), tem uma visão diferente sobre o papel do educador dentro desse processo de apreensão do conhecimento, segundo ele, é necessário que o educador enxergue em seus educandos suas complexidades e peculiaridades, quais as suas significações e ressignificações, entendendo que, a diversidade cultural são os vários aspectos que representam as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras, que estão presentes diariamente no contexto escolar.

Partindo dessa perspectiva, dentro do contexto escolar a diversidade cultural se torna uma pauta relevante a partir do momento em que a escola desenvolve um ensino que busca compreender o seu público e a diversidade que há dele. Por isso é importante que se estimule o educando no que diz respeito às diferenças culturais e como elas podem servir como fonte de conhecimento, oportunizando o diálogo e promovendo o respeito dentro e fora da escola. Segundo Gadotti (1992, p. 21), “a escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras

linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.”

Para Fernandes (2002) o debate que traz a questão das diferenças ou diversidades e se torna muito mais amplo, pois todos os seres humanos são únicos dotados de características peculiares, portanto, diferentes uns dos outros. Esse fato trata-se da dominação como a diversidade é encarada pelas diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais.

É apontado em algumas pesquisas o crescente número de alunos que historicamente vêm sendo excluídos pela escola e pelos seus integrantes. Tal realidade pode ser vivenciada especialmente nas escolas públicas, já que são nessas escolas que se percebe a grandiosidade da diversidade. De acordo com Santos (2008, p. 12) cabe à escola “descrever no seu Projeto Pedagógico o perfil dos alunos que compõem as suas salas de aula, o que demonstra claramente que a educação pública está voltada para a educação de todas as pessoas e não mais para uma minoria como relata a história da Educação”, ainda com base em Santos (2008) a humanidade em seus primórdios possuía uma educação absolutamente elitista, onde só quem tinha acesso a essa educação era uma pequena fração da população.

Nos dias atuais, é possível ver que a grande maioria da população tem acesso a uma escola pública, mesmo com todos os percalços e engrenagens enferrujadas encontrados nas instituições públicas do Brasil. Sendo assim, o maior desafio das escolas, e principalmente, das escolas públicas é que haja a garantia, permanência e sucesso escolar, formando cidadãos por meio de suas aprendizagens. Essa possibilidade de avanço aconteceu com o “auxílio” da Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990, p. 3), onde no seu Artigo 3º, na seção que visa “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade” nos seus incisos 1 e 2 diz que:

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades;
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem (UNESCO, 1990, p. 3).

Ao levarmos em conta que a escola pública deve trabalhar com a diversidade e que é necessário o respeito às diferenças existentes dentro do espaço escolar, não é possível aceitar que o professor continue desenvolvendo o mesmo ensino e metodologia aplicável a

todos os alunos. Sendo assim, faz-se necessária a diversificação e ampliação da prática pedagógica, possibilitando a criação de contextos educacionais que permitam atender às especificidades de todos.

A preocupação primordial do professor deve ser desenvolver sua aula observando e intervindo nas diferenças existentes entre os alunos, senão estará fadado a limitar o ensino, tornando-o um ensino sem diferenciação, igual para todos, que tem em seu âmago somente a transmissão de conteúdos, o que torna o seu trabalho descontextualizado, que não desafia os alunos a ampliarem seus horizontes e buscarem um conhecimento diverso.. Este pensamento é revigorado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que,

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional. (BRASIL, 2001, p.11)

Dessa forma, pode-se perceber que o educador que reconhece a amplitude do debate e do diálogo acerca das diferenças dentro de sala, é capaz de valorizar os alunos dentro de suas especificidades e potencialidades, formando alunos que reconhecem o outro, permitindo aos seus alunos respeitar a equidade dentro e fora da sala de aula, ou seja, a igualdade de oportunidades a todos para que possam se desenvolver dentro de sua realidade.

Para Gadotti (1992, p. 21), “A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.” A escola que pode ser considerada inclusiva, todos os alunos, independente de suas características físicas, intelectuais, sociais, religiosas, sexuais ou outras, têm total direito de acesso educação com permanência e que vise o sucesso de seus alunos, tanto no âmbito educacional quanto no âmbito pessoal, ou seja, nas suas relações para além da escola. De acordo a escola inclusiva é aquela que tem a capacidade de incluir todos os indivíduos, reconhecendo a diversidade e combatendo o preconceito destinado às diferenças, atendendo às especificidades de cada um, promovendo um aprendizado significativo.

O preparo do professor é importante para desafiar os alunos, através do uso de metodologias e estratégias que sejam mais interessantes, estimulando os alunos,

transformando a sala de aula e trazendo uma participação reflexiva. Entendendo que o professor é o protagonista no processo de ensino e aprendizagem, como nos diz Gómez (2001), é necessário entender que o professor é um profissional que traz em si a reflexão sobre a sua prática com o intuito de perceber as características singulares daqueles processos, assim como o contexto do ensino para que possa, dessa forma, auxiliar no desenvolvimento da autonomia e emancipação dos participantes vinculados ao processo educacional.

Portanto, de acordo com Santos (2008) a escola e o professor são parceiros irrefutáveis da diversidade, “uma vez que o educador é modelo para o aluno, portanto professores preconceituosos terão alunos preconceituosos, professores inclusivos terão alunos que reconhecem na diversidade o significado de ser humano.” (SANTOS, 2008, p. 17)

Assim, a construção do conhecimento pode acontecer de forma coletiva e deve se voltar para demandas que exigem uma atenção maior para o trato com as diferenças, ou seja, toda a diversidade que integram a escola,

[...] sendo necessário para isso, incluir questões a serem discutidas e/ou refletidas tais como: etnia, raça, gênero, classe, sexo, entre outras, valorizando todo o conhecimento que os diferentes grupos trazem para a sala de aula, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem, onde, infelizmente acabam sendo despercebidos ou ignorados por muitos professores. (SANTOS, 2008, p.10)

Assim, a nossa sociedade tem se organizado historicamente diante da desigualdade entre os indivíduos, desigualdade que acaba sendo amplificada de acordo com os bens materiais, os direitos, e o poder que são repartidos de forma desigual. Dentro do estudo do multiculturalismo, há um enfoque para que a igualdade possa ser um adjetivo da sociedade, sendo possível a redistribuição e o reconhecimento dos grupos mais afetados, como por exemplo, as mulheres, os negros, a população LGBT, as pessoas com deficiência, etc. O que se pretende aqui é identificar como podem ser revistos as intervenções, tanto as comportamentais como também as de direitos a serem assegurados, como menciona Andrade (2009):

[...] tratar igualmente indivíduos e grupos que possuem acesso muito desiguais aos bens, serviços e espaços de poder? Dar a grupos profundamente desiguais uma suposta igualdade de tratamento parece não ter dado muito efeito, visto que até hoje perduram entre nós uma desigualdade de fato, apesar da igualdade no discurso ser uma retórica secular. O que se defende no multiculturalismo é que, numa sociedade desigual, é preciso tratar com distinção – ou com diferença – aqueles que estão em situação de desvantagem social, para que possam de fato alcançar um patamar mais igualitário em relação aos outros grupos. Até porque,

as desvantagens sociais foram historicamente desconstruídas... Redistribuir bens, serviços e poder a fim de desconstruir vantagens sociais injustas, construídas historicamente a favor do grupo dominante e contra os supostamente inferiores, os diferentes. (ANDRADE, 2009, p. 27)

Diante de tal realidade, o ambiente escolar cumpre o papel de auxiliar na redução ou exclusão permanente desses grupos, possibilitando a uma pequena parcela o acesso a essa engrenagem de poder e ignorando esse mesmo acesso a outros grupos. Entende-se, então, que é possível auxiliar e se engajar no percurso educacional que leva ao respeito das diferenças, que pode também unificar os diferentes. Sendo assim, a instituição escolar é um ambiente importante de estímulo ao respeito à diversidade.(melhorar ideias)

Para Carrara:

Questões de gênero, religião, raça/etnia ou orientação sexual a sua combinação direcionam práticas preconceituosas e discriminatórias da sociedade contemporânea. Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação. (CARRARA, 2009, p. 27)

Sendo assim, a cultura escolar que predomina nas escolas brasileiras ainda se encontra como impenetrável, pouco transitável dentro do contexto em que está inserida de acordo com os universos culturais dos educandos a que se refere e a multiculturalidade da nossa sociedade. Tradicionalmente, a história da educação culturalmente fez com que a escola buscasse um padrão, que acaba priorizando o método de alienação do conhecimento, como já diria Freire

Para Freire (2000), a escola se apresenta como espaço que favorece a libertação, pois é pela possibilidade de haver discussão e diálogo que resultará na compreensão sobre a realidade circundante, e assim, escrever uma nova história com mudanças e transformações.

A educação crítica que Freire (2002) enfatiza é aquela que leva o educando à tomada de decisões e a exercer uma prática com responsabilidade social e política. Freire em sua abordagem sobre as características da relação educador - educando, faz referência à existência de relações centradas unicamente na função de um educador que se centra nos conteúdos que são apresentados como fragmentos da realidade, separados da totalidade em que se constroem, onde tal visão ganharia sentido, compreende, então, que uma prática pedagógica dissociada da reflexão, gera uma educação reprodutora de uma realidade, que não age na busca por transformação da mesma.

O que modifica a relação entre professor e aluno, relação essa que perpassa pelo pressuposto básico que Paulo Freire (2002) estabelece para este vínculo, sendo enfático sobre a prática do diálogo em uma dimensão essencial no aspecto de uma compreensão da realidade a partir das experiências do professor, assim como do aluno. Segundo as palavras de Freire (2002, p. 50) “testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa.” Partindo desse pressuposto, a comunicação entre educador e educando, abre caminhos para uma participação responsável a partir do momento em que trocam suas experiências através do diálogo.

O diálogo através do respeito à dignidade implica no reconhecimento do outro, que só se torna possível entre pessoas, fundamentado principalmente na democracia. A escola que Paulo Freire idealiza tem em seu princípio a relação professor-aluno. De todo modo, Freire propõe uma educação transformadora, educação revestida pela democracia, com a participação de todos, criando um estudante com pensamento livre e autônomo, capaz de promover transformações através do conhecimento sobre grupos e classes sociais distintos, refletindo diante da realidade do ser humano como um ser dotado de cultura, tornando o respeito acima de tudo um ato cultural. Para Freire (2002, p. 51) “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”.

Portanto, Andrade (2009) ressalta que a diversidade cultural é relevante no ambiente escolar, a partir de uma perspectiva que propõe o desenvolvimento de uma escola que tenha como prioridade atender às diversidades culturais de seus educando. Segundo Morin (2001) reforça a ideia que deve-se suscitar as diferenças e propor identidade a elas, oportunizando a produção de conhecimento nos mais variados níveis de aprendizagem, o conjunto desse aprendizado faz parte de uma construção histórica, social e comportamental da nossa sociedade, que servem concomitantemente para que se possa compreender também, o seu papel dentro desse sistema histórico da humanidade, que decorre de diferenças produzidas, reproduzidas e utilizadas como sistema de inclusão e exclusão na sociedade.

#### **4.1 O espaço escolar enquanto reprodutor da diversidade**

Silva (2000) enfatiza que a educação busca, de uma forma geral, proporcionar ações que visem o acesso e crescimento da cidadania através de condutas educativas que sistematizam os saberes que são acumulados no meio social durante a história da humanidade. As práticas colocadas em questão são padronizadas dentro da escola e tem como papel primordial a formalização dos conhecimentos gerais que possibilitem aos estudantes a apropriação da cultura produzida historicamente pela sociedade. Para Silva (2000), esse modelo de educação,

requer pensar outro formato de trabalho pedagógico, em que os conteúdos curriculares tenham como eixo norteador a temática dos direitos humanos e da cidadania, e a prática pedagógica priorize o diálogo, o debate, a participação, problematização e a crítica. O aluno nesse processo é o agente ativo e produtor do seu conhecimento; o professor, o mediador entre o aluno e o conhecimento historicamente sistematizado, e a escola, local de exercício permanente da cidadania. (SILVA, A. 2000, p. 69)

Sendo assim, foi direcionado à escola o papel social de sistematizar e disseminar o comportamento e conhecimento que foi elaborado historicamente pela sociedade ao decorrer do tempo, sociedade que geralmente é a maior detentora de bens e conhecimento. E é por isso, que os métodos educacionais em uma esfera geral, são iniciados, principalmente, em seu âmago, e são socializados em dinâmicas da cultura de um grupo dominante.

Desse modo, pode-se dizer que a educação traz consigo variadas formas de socialização, porque é também, civilizatória, possibilitando uma atuação em Direitos Humanos onde a prioridade é a capacidade de se formar sujeitos em uma perspectiva social em que eles se tornem agentes responsáveis por defender e proteger os direitos humanos a qual são expostos. Evidentemente, para Candau (2012) a busca aqui é a construção de uma educação que esteja atrelada à formação de sujeitos que percebam seus papéis e reconheçam seus direitos, que possa reafirmar a democracia, a justiça e o reconhecimento e valorização da diversidade na sociedade brasileira.

Destarte, a busca aqui, é por uma educação que não preconiza a discriminação, permissiva quanto ao diálogo, priorizando o respeito, a tolerância, consequentemente, a uma autonomia por parte dos indivíduos incluídos nesse processo. Para Silva (2000) a escola é um espaço de compartilhamento da cultura, favorece a união de atividades que, através de seus métodos contínuos e sistemáticos, inicialmente forma o indivíduo, permitindo-lhe a capacidade de colocar frente à sociedade.

Conforme os escritos de Dias (2008) pode-se constatar que as relações sociais desenvolvidas no âmbito escolar são formativas e auxiliam os educandos na compreensão

de si mesmos e de outros indivíduos em seus espaços sociais, se reconhecendo enquanto agentes sociais históricos e culturais, criadores e reprodutores de cultura que acaba oportunizando a elaboração de uma base incipiente para a concretude efetiva do pleno exercício da cidadania. De acordo com Dias (2008, p. 2)

A cultura de direitos passa, necessariamente, por um efetivo diálogo entre saberes e práticas humanizadoras que conferem sentidos e significados à participação efetiva de todos os envolvidos no processo educativo que se desenrola na escola. Daí a importância da educação em Direitos Humanos.

Por isso, é importante que a educação seja voltada para os Direitos Humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018, p. 21) nos diz que a escola deve, “apojar a implementação de projetos culturais e educativos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no ambiente escolar”.

Logo, a Educação em Direitos Humanos tem por objetivo o combate à ações e práticas preconceituosas e discriminatórias contra grupos minoritários que estejam em condição de risco. Uma alternativa que a escola deve aderir é a de adicionar ao seu currículo, temas que estão dentro do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018, p. 20) venham a:

fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas;

Posto isso, cabe à escola, ser um espaço que deseje a excelência do seu processo de apreensão e compartilhamento de conhecimento, sistematizados e produzidos pela humanidade, implementando e possibilitando uma pedagogia que desenvolva a participação e luta pela democracia, fundamentada no diálogo e na particularidade histórica de cada grupo indivíduo que o compõe, incluindo conteúdos e práticas que perpassam as atitudes, valores, e comportamentos que objetive o conhecimento e defesa dos direitos de cada um, reparando os danos nos casos que houveram desrespeito à esses direitos.

Para que isso aconteça de forma eficaz, de acordo com Dias (2008) é essencial que a educação esteja voltada para a promoção dos direitos e esses direitos devem ser incluídos no projeto político-pedagógico das escolas brasileiras, onde possam ser contempladas as ações calcadas em valores como: respeito, convivência social que envolva a participação, a concretização da autonomia e o desejo de alcançar a plena democracia. Assim, formação desses sujeitos deve possibilitar (SILVA, 2000, p. 28) “além da

apropriação dos conhecimentos básicos, dentro de um contexto histórico e político dos direitos humanos e da cidadania, a mudança de valores, atitudes e posturas”.

Pode-se dizer que o ser humano propaga o conhecimento, costumes e atividades comuns e a decorrente divisão dos grupos sociais ao longo da história da humanidade, preservando e mantendo aqueles que compartilham de um mesmo ideal, em instituições e em sociedades. Segundo D’Ambrósio (2007).

Ao reconhecer que os indivíduos de uma nação, de uma comunidade, de um grupo compartilham seus conhecimentos, tais como a linguagem, os sistemas de explicações, os mitos e cultos, a culinária e os costumes, e têm seus comportamentos compatibilizados e subordinados a sistemas de valores acordados pelo grupo, dizemos que esses indivíduos pertencem a uma cultura. No compartilhar conhecimento e compatibilizar comportamento estão sintetizadas as características de uma cultura. Assim falamos de cultura da família, da tribo, da comunidade, da agremiação, da profissão, da nação (D’AMBRÓSIO, 2007. p. 19).

Dessa forma, cabe à instituição escolar o papel de promover o diálogo, oportunizando a resolução de pendências e de exposição de pensamentos e conhecimentos distintos. Dentro do diálogo proposto pela escola, os grupos e as diferentes formas de se enxergar a diversidade, os estudantes têm a possibilidade de se comunicarem com as várias perspectivas de pensamento, da forma como se relacionam e trocam conhecimentos, levando-os a refletirem sobre o seu próprio pensamento diante das problemáticas em questão, onde consigam desenvolver uma atitude de solidariedade e participação dentro de suas relações sociais por meio de uma conjunta que fortaleça o respeito ao outro e ao coletivo.

A Educação deve propiciar em seu método e conteúdo, uma experiência inovadora em na construção do conhecimento. Dessa forma, é que pode-se falar em uma espaço escolar que incentive e promova aos alunos a oportunidade se protagonizarem-se como cidadãos que possuem direitos, colaborando para a construção e a expansão da cidadania dos educandos.

As escolas são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação das suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades da democracia (MOREIRA; TADEU, 2013. p. 109).

São retratados aqui os saberes sociais que viabilizam a empatia e a habilidade do educador enquanto atua como conciliador nas situações de confrontos no espaço

educacional, inculcando nos alunos princípios como o respeito às diferenças, a tolerância, bom convívio social, entre outros. Como afirma Bobbio (1992), sem os direitos do homem protegidos e reconhecidos, não há democracia; sem democracia não existem as condições mínimas para solução pacífica dos conflitos, e os direitos não são exercitados.

Para Bobbio (2004) a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos os direitos fundamentais. Essa conduta permite que o processo educativo adote práticas pautadas na criticidade para a complementação e redefinição da habilidade que o professor tem de formular o pensamento, calcular suas ações, caminhando para o estímulo de educação baseada no respeito. E, concomitantemente, habilite os estudantes para denunciarem qualquer tipo de abuso.

Cabe à escola o dever de oferecer a seus alunos e corpo educandos um suporte teórico-metodológico que os conduzam para um comportamento tolerante, que respeite a diversidade e de espaço para a solidariedade destacando os valores imprescindíveis para o convívio em sociedade, estabelecendo os princípios de dignidade. Nesse sentido, Santos (2008) esclarece que:

[...] o desafio está no fazer diferente o que diz respeito à ação docente, tendo claro que o professor não pode restringir a sua competência apenas aos conhecimentos específicos de sua área de atuação, mas, a competência pedagógica que lhe proporcionará conhecimentos e domínios dos processos de ensino e aprendizagem. Para isso o professor deve reconhecer que a aula expositiva, verbalista, utilizada como única forma de interação do processo de ensino e de aprendizagem no ensino tradicional, já está ultrapassada. (SANTOS, I. 2008, p. 12)

Logo, a escola deve servir como apoio para as variadas formas de se organizar os estudantes em um espaço que provoque o crescimento e compartilhamento de conhecimentos diversos, instigando através de debates, rodas de conversas, palestras, seminários e saraus como estratégia de resistência a condutas autoritárias, que incitam a violência verbal, física e psicológica no espaço escolar, fortalecendo a conquista por igualdade de direitos.

## **4.2 A realidade sobre a diversidade cultural no Brasil**

A sociedade brasileira traz o reflexo da sua constituição histórica, o pluralismo em que se formou. A sociedade brasileira sintetizou-se e se transformou no que conhecemos hoje, como uma sociedade multicultural com vários grupos étnicos, religiosos,

políticos, culturais, etc. O que torna a diversidade brasileira ainda mais intrigante, nos convidando a buscar a conquista do respeito aos indivíduos dentro de suas particularidades.

O século XXI traz consigo uma escola nova onde é possível perceber que a heterogeneidade é recente, ou seja, os estudantes que estão nela são exacerbadamente diferentes dos das décadas passadas, pois essa escola atual é composta por diversos grupos com divergências, sendo elas: econômicas, sociais, religiosas, de gênero, culturais, étnicos, com necessidades especiais, etc. Os professores devem buscar alternativas para se adequar a mudança do cenário da educação atual. (ARAÚJO; YOSHIDA, 2009)

Com esses grupos escalados, ainda encontramos outros grupos que são os dos estudantes que possuem facilidade para aprender e outros que sofrem para assimilar conteúdos mais simples. Assim, para Schleicher (2018, p. 148) “a conscientização de que diferentes indivíduos aprendem de forma diferente e têm necessidades diferentes é igualmente importante. A maior dificuldade do século XX era o direito de ser igual. A do século XXI é o direito de ser diferente”.

O contexto apresentado revela que os alunos que compõem as salas de aula não são iguais e que, portanto, o desenvolvimento de uma ação pedagógica única e homogênea não é capaz de suprir a demanda existente dentro de sala de aula e dentro dos contextos específicos de cada escola.

A autora Gomes (2007), nesse sentido, menciona como pode ser vista e entendida a diversidade cultural:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto da relação de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferente desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram. (GOMES, 2007, p. 17)

Pode-se dizer que cada ser humano tem um passado histórico particular, formado por diversos fatores, que podem ser biológicos, culturais, étnicos e sociais. Com efeito, Gusmão (2008) salienta que, os grupos se deslocam no tempo e no espaço e levam consigo a diversidade existente dentro deles, no entanto, nesses mesmos espaços, as singularidades se ratificam, diferentes grupo de diferentes regiões, crenças e culturas lutam por um espaço que possa ser considerado como próprio e único, tornando assim, o tempo que conhecemos um tempo aparentemente desorganizado.

A cultura é uma das marcas da sociedade, constituída pelo conjunto de regras, valores e costumes, que perpassa pelas gerações, se reproduzindo em cada ser humano, gerando assim, uma forma única de ver e compreender a vida. Não é correto dizer que existe uma sociedade sem cultura, as sociedades e grupos que a constituem possuem uma cultura com suas peculiaridades. A escola é um espaço que está dentro dessa sociedade e é um ambiente constituído por uma população de grupos diferentes, cada grupo com seus devidos costumes, crenças e cultura, e que convivem rotineiramente lado a lado, em um espaço onde o cenário da diversidade é enfático e se desenvolve a cada dia.

Desde os primórdios a escola desde auxiliou na homogeneização dos indivíduos presentes nela, por esse motivo as relações de poder são totalmente ligadas a esse modelo de educação, que objetiva fazer com que todos pensem e ajam da mesma forma, tornando mais fácil domínio e controle da população. Diante disso, visando o questionamento do papel homogeneizador da escola, torna-se visceral a discussão sobre o papel da escola frente às problemáticas atuais e à diversidade cultural que promova uma nova abordagem para a prática educacional nas salas de aula, focando no respeito e na valorização dos indivíduos. Conforme é mencionado nas reflexões de Andrade (2009):

Apesar de todas as críticas a esse modelo normatizador e homogeneizador da instituição de ensino, ninguém discorda que a educação escolar tem um papel fundamental a desempenhar na construção e na valorização de um mundo verdadeiramente plural, onde caibam todos e todas, onde todas as culturas, etnias e identidades sejam respeitadas. Nessa perspectiva, o que se critica aqui não é a escola, mas a forma como tradicionalmente nós a entendemos. (ANDRADE, 2009, p. 42).

A transformação que ocorre desde os primórdios da humanidade é sobre a atenuante necessidade de se haver espaço dentro do ambiente escolar para que as particularidades entre educando e educador, possibilitem a inclusão e valorização dos mesmos dentro do ambiente educacional, oportunizando assim a criação de uma identidade cultural de cada grupo e de cada indivíduo.

Para tanto, deve partir da escola a disposição e abertura para modificar os paradigmas criados sobre a superioridade ou inferioridade de um povo em relação à outro, instruindo os alunos a respeitarem essas diferenças, não aderindo essa conduta somente com o objetivo de que o indivíduo seja tolerante perante à uma outra cultura, mas para que ele entenda que todas as pessoas possuem os mesmos direitos e que, nesse quesito, são todos iguais, cada grupo dentro de sua singularidade, e que esse fato não compactua com a visão de que a cultura e os comportamentos de um grupo possam ser superiores a de outro.

Dessa forma, a cultura é uma inquietação do século atual que busca entender a trajetória diversificada que conduziu os grupos humanos às relações atuais e suas interpretações sobre o futuro. Destacam-se aqui os de Santos, J (2006):

A cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se considera as culturas particulares que existem ou que existiram, logo se constata a grande variação dela. [...] Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentidos a suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam. [...] O estudo da cultura contribui no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas. [...] A cultura é uma produção coletiva, mas nas sociedades de classe seu controle e benefícios não pertencem a todos. Isso se deve ao fato de que as relações entre os membros dessas sociedades são marcadas por desigualdades profundas, de tal modo que a apropriação dessa produção comum se faz em benefício dos interesses que dominam o processo social. [...] Afirmando que num sentido mais amplo e também mais fundamental, cultura é o legado comum de toda a humanidade. (SANTOS, J. 2006, p .84- 86)

O desafio atual é de como se pode em viver em realidades diferentes e harmonizar a cultura no espaço educacional. Dessa forma, diante da diversidade e diferença presentes na sociedade contemporânea, é possível verificar que as práticas direcionadas para a homogeneidade e uniformidade não possuem sentido genuíno. É condição *sine qua non* contrariar a constituição da homogeneidade. Assim, a diversidade indica por si só as novas premissas para uma compreensão da sociedade.

## 5 CURRÍCULO E DIVERSIDADE

Segundo Pacheco (2007, p. 48) o termo currículo vem do latim curriculum e seu significado refere a “lugar onde se corre ou corrida, derivado do verbo currere que quer dizer percurso a ser seguido ou carreira.” O currículo pode ser então compreendido como um caminho a ser seguido, o conteúdo a ser estudado, sendo assim, ele aponta para uma continuidade de conteúdos que são articulados socialmente, tomando como base os conhecimentos e pré-requisitos definidos para dar ênfase na aprendizagem.

Segundo Sacristán (1995, p, 85) na prática, o currículo “é a consequência de se viver uma experiência e um ambiente prolongados que propõem – impõe – todo um sistema de comportamento e de valores e não apenas de conteúdos de conhecimento a assimilar.” Então, o currículo nada mais é do que um conjunto de atividades que buscam a

transformação do mundo através da articulação de uma prática reflexiva que leve em conta a interação das culturas e a relação social.

Sendo assim, o currículo não pode ser permanente, ele se transforma, mediante a realidade educacional em que está inserido, segundo os problemas e valores que o projeto político pedagógico busca solucionar Pacheco (2007).

A educação não pode se reduzir apenas a planejar e aplicar técnicas que são generalizadas. O currículo deve ser compreendido a partir de uma ótica crítica e reflexiva sobre a realidade de cada escola. A partir dessa compreensão será possível a busca por propostas diferenciadas para a intervenção pedagógica, estabelecendo uma concepção de ensino que tenha em seu interior a promoção de uma prática questionadora. De acordo com a fala de Giroux,

As escolas não podem ser analisadas como instituições removidas do contexto socioeconômico em que estão situadas; As escolas são espaços políticos envolvidos na construção e controle do discurso, dos significados e das subjetividades; Os valores e crenças do senso comum que guiam e estruturam a prática escolar não são universais a priori, mas construções sociais baseadas em pressuposições normativas políticas (GIROUX, 1986, p. 70).

Há uma necessidade de ter um currículo abrangente e flexível, que possibilite mudanças e diálogo de acordo com as diversas realidades educacionais. Assim, a autonomia dos professores pode ser estabelecida capacitando-os para criarem um projeto curricular que seja identitário, próprio do seu contexto escolar (GIROUX, 1986).

## **5.1 A pluralidade cultural dentro dos PCN e BNCC**

Os Parâmetros Nacionais Curriculares se constituem a partir de um referencial de qualidade almejado para o ensino fundamental no Brasil. Os PCN's tem o objetivo de:

orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (BRASIL, 1997, p.13)

O acesso ao conjunto de conhecimentos necessários para o exercício da cidadania deve ser posto em questão dentro da realidade da criança e do jovem brasileiro, independentemente de suas condições socioeconômicas e socioculturais. Assim como existem questões que norteiam as diferenças socioculturais extremas e que fazem determinados grupos terem suas especificidades ampliadas no processo de ensino-

aprendizagem, há também, assuntos que são pertinentes a todos, de uma forma geral, onde qualquer aluno, em qualquer localidade, deva ter seu direito à Educação garantido pelo Estado.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) buscam expressar a extrema necessidade de o País se configurar como um sistema educacional que vise garantir o respeito à diversidade e pluralidade religiosa, social, étnica e política que acabam perpassando a complexidade da sociedade brasileira, onde a educação possa ser o alvo principal “no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos” (BRASIL, 1997, p. 10).

As diferentes habilidades e os conteúdos que se relacionam, buscam um tratamento transversal de cunho social que constituem uma atuação amplamente pluralizada dos níveis de conhecimento e de cultura da sociedade atual, “Assim, os objetivos, que definem capacidades, e os conteúdos, que estarão a serviço do desenvolvimento dessas capacidades, formam uma unidade orientadora da proposta curricular.” (BRASIL, 1997, p.38).

A consciência sobre a área de conhecimento evidenciada na natureza dos conteúdos tratados define com clareza a estrutura de conhecimentos e o objeto da aprendizagem, permitindo aos alunos a construção de modelos próprios sobre o que estudam. É por esse motivo que o conhecimento conquistado em sala de aula não deve ter um fim em si mesmo. Ele só tem “sentido quando possibilita o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade” (VASCONCELLOS, 1999, p. 34).

Assim, o professor que considera a multiplicidade dos conhecimentos em questão nas possíveis situações do cotidiano, pode tomar medidas no que diz respeito às suas inferências e da metodologia utilizada para falar sobre os temas, de maneira que possa propiciar aos alunos uma aproximação significativa e eficaz. É pertinente a colocação de a Bolfer (2008) ao dizer que o professor não pode se limitar a só adquirir conhecimentos sobre seu trabalho, mas que também “é fundamental que saiba disponibilizá-los, transformando-os em ação. Para isso, é preciso que toda sistematização teórica esteja articulada com o fazer e que todo o fazer esteja articulado com a reflexão.” (BOLFER, 2008, p. 36)

No ano de 1997, foram realizados pelo Ministério da Educação a criação dos PCN (Parâmetros Nacionais Curriculares), que trazem como um de seus temas transversais a pluralidade cultural:

A temática da Pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, [...] que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. [...] Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, entraves à plenitude da cidadania para todos e, portanto, para a própria nação. (BRASIL, 1998, p. 121-122)

De acordo com os PCN (BRASIL, 1997), as escolas devem trabalhar realçando o argumento sobre a Diversidade Cultural para identificar a cultura de vários grupos étnicos e sociais, se posicionando em oposição a qualquer forma de discriminação. A escola pode ser considerada como um espaço que possibilita a socialização dos educandos, sendo também, responsável pela disseminação dos conhecimentos permitindo a elaboração de valores libertários, de respeito e dignidade.

Assim, os PCN podem ser situados em quatro níveis de efetivação curricular levando em consideração a condição do sistema educacional vigente no país. Estes níveis não estão limitados somente a etapas sequenciais, mas sim o alcance diferenciado advindo da elaboração das propostas curriculares, delegando responsabilidades diferentes que tem em seu âmago a integração dos indivíduos e, ao mesmo tempo, a sua autonomia.

Pode-se afirmar, assim, que os objetivos apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais,

[...] concretizam as intenções educativas em termos de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da escolaridade. A decisão de definir os objetivos educacionais em termos de capacidades é crucial nesta proposta, pois as capacidades, uma vez desenvolvidas, podem se expressar numa variedade de comportamentos. O professor, consciente de que condutas diversas podem estar vinculadas ao desenvolvimento de uma mesma capacidade, tem diante de si maiores possibilidades de atender à diversidade de seus alunos. (BRASIL, 1997, p. 47)

As adaptações propostas para o currículo levam em consideração os níveis de acordo com a necessidade desses níveis se adequarem aos objetivos, conteúdos e métodos de avaliação, atendendo à diversidade existente no País. Mas, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais,

Essas adaptações, porém, não dão conta da diversidade no plano dos indivíduos em uma sala de aula. Para corresponder aos propósitos explicitados nestes

parâmetros, a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem. Atender necessidades singulares de determinados alunos é estar atento à diversidade: é atribuição do professor considerar a especificidade do indivíduo, analisar suas possibilidades de aprendizagem e avaliar a eficácia das medidas adotadas. (BRASIL, 1997, p. 47)

Portanto, deve-se dar uma atenção maior à diversidade, atenção que seja concretizada em medidas que levem em conta não só o conhecimento conteudista e a capacidade que o aluno dispõe, mas que busca compreender os seus interesses e motivações, gerando assim, um conjunto de fatores que constroem a capacidade geral do aluno para acessar essa aprendizagem em um determinado momento.

Sendo assim, a maneira como o professor atua em sala de aula deve considerar elementos sociais, culturais e históricos da educação de cada indivíduo, considerando também, características pessoais que podem ser desde as físicas, como também as cognitivas. O que se busca aqui, segundo Freire (1991) é que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação” (1991, p. 84).

Ao refletir sobre a diversidade, Freire (2007) a escola se coloca no papel de propagadora do respeito às diferenças, considerando que essas diferenças não são empecilhos para que se faça uma ação educativa, servindo, assim, para o enriquecimento dos alunos. Portanto, a atenção aqui revogada à temática da diversidade se torna essencial no seu exercício em busca da equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

De acordo com Malanchen (2016), devem ser incluídos, principalmente, os elementos que compõem as culturas excluídas e minoritárias, constantemente consideradas como subalternas, diante de tal afirmação dá-se atenção à discussão das desigualdades socioeconômicas, dessa forma, o conhecimento desencadeia críticas e reformas, não sendo aceito como verdade irrefutável. À vista disso, faz-se necessário identificar a multiculturalidade dentro da escola. “Assim, podemos compreender que a diversidade existe e é necessária para que a universalidade também seja buscada e possa existir para que o universal seja encontrado, as diferenças servem de impulso, estímulo (MALANCHEN, 2016. p. 93).

De acordo com o documento da Base Nacional Comum Curricular, dentro das competências gerais, a competência 9, aborda que é necessário:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2019, p. 10)

Dentro do novo cenário da sociedade, entender-se em seu contexto histórico e cultural, se comunicar, ser dotado de responsabilidade, para digerir essas características, o ser humano precisa ter mais do que só um acervo de informações. É necessário desenvolver as competências para obter um aprendizado significativo, como se trata a informação que chega mais rápido, como atuar com critérios mais rigorosos e responsáveis de acordo com o surgimento da cultura digital, utilizando os conhecimentos já adquiridos anteriormente para auxiliar na resolução de problemas, ser autônomo na tomada de decisões importantes, ser produtivo entendendo as bases de um determinado acontecimento visando solucionar os problemas, de forma a proporcionar o convívio com as diferenças.

De acordo com a BNCC (2019, p. 14), “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades”.

Dessa maneira, a BNCC cumpre papel fundamental, pois dá ênfase às aprendizagens essenciais os estudantes devem desempenhar e demonstra, assim, que a educação deve ser igualitária no processo educacional e que as particularidades devem ser respeitadas e compreendidas. A igualdade à que a BNCC se refere é, também, voltada para as oportunidades de o aluno ingressar e permanecer em uma escola de Educação Básica, tendo em vista, que a educação é um direito de todos, e que é a educação que possibilita a concretude da aprendizagem.

Como já se sabe, o Brasil é um país caracterizado pelas desigualdades educacionais que diminuem as condições de acesso e permanência na escola, o Brasil possui um sistema de ensino precário, que amplifica as injustiças sociais. Gomes (2012) é enfática ao falar sobre a educação:

O objetivo da educação e das suas políticas não é formar gerações para o mercado, para o vestibular ou, tampouco, atingir os índices internacionais de alfabetização e matematização. O foco central são os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos. Essa interpretação tem sido adensada do ponto de vista político e epistemológico pelos movimentos sociais ao enfatizarem que os sujeitos de direitos são também diversos em raça, etnia, credo, gênero, orientação sexual e idade, entre outros. (GOMES, 2012, p.2)

Sendo assim, cabe às instituições educacionais a responsabilidade de construir um currículo voltado para essas desigualdades, compreendendo os aspectos históricos que

norteiam a sociedade para a discriminação e preconceito gerado há séculos, fazendo com que os alunos entendem suas raízes étnicas e culturais, para a legitimação de suas identidades (GOMES, 2012). Assim, cabe à escola garantir a discussão mais que necessária sobre a diversidade presente na sociedade.

## **5.2 Temas integradores da Proposta Curricular da Semed**

Segundo o documento oficial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, o principal objetivo da gestão educacional é buscar a qualidade social da educação para todos, “sendo uma das prioridades da política educacional a elaboração de propostas curriculares para a educação no município, de modo a garantir a apropriação do conhecimento sistematizado pela humanidade”. (SÃO LUÍS, 2017, p 10)

A nova estrutura curricular proposta pela SEMED busca concretizar a escola como um local aberto à inclusão, cidadania e respeito à diversidade, expressando uma política educacional que esteja pautada no compromisso com a melhoria e garantia do ensino e da aprendizagem. Assim, de acordo com o documento legal, é preciso:

Refletir acerca da diversidade dos/as estudantes e da importância de oferecer a estes a equiparação de oportunidades no ato pedagógico com vistas ao exercício da cidadania, no momento em que se discute a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís, significa uma ação em prol do respeito à diversidade e o reconhecimento da necessidade de ressignificação de práticas pedagógicas. (SÃO LUÍS, 2017, p. 20)

Portanto, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís busca promover a perspectiva de um currículo que seja acessível e mais dinâmico, sendo o acesso à ele possível à todos. Na busca pela oportunização de uma transversalidade educacional, tem-se como base o currículo educacional. Dessa forma, os componentes da equipe que compõe a escola (professores, gestores e coordenadores) devem estar em constante processo de formação, buscando estratégias que proporcionem melhores condições para aquisição de conhecimentos por parte de seus alunos. e para que todos/as os/as estudantes aprendam.

Na atualidade, é importante que se crie uma discussão sobre as propostas que beneficiam a articulação entre a educação escolar e a sociedade, onde os conhecimentos podem ser transversalizados na prática educativa, de forma integradora. Conforme o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), defende-se a integração entre os componentes de uma mesma área do conhecimento beneficiando as dimensões cognitivas, políticas, éticas e estéticas da formação dos estudantes.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação de São Luís reflete sobre uma educação que forme os estudantes para o convívio saudável na sociedade em que estão inseridos e que está em uma contínua transformação. É por esse motivo, que é discutida a complexidade da contemporaneidade e da sociedade que está frente à ela, essa discussão ocorre através de temáticas sociais ou temas integradores, tais como: Direitos Humanos e Cidadania; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação, Gênero e Diversidade na Escola; Educação Ambiental; Mídias e Tecnologias da Educação; Educação Patrimonial e Educação Financeira.

Que, conforme explicita o documento oficial da SEMED, os temas integradores,

[...] ao serem inseridos nos componentes curriculares ajudam a dar um tratamento mais humanístico aos conteúdos, tendo em vista que integram diferentes dimensões do conhecimento e, desse modo, não podem ser trabalhados de forma singular mas, sim, transversalmente. (SÃO LUÍS, 2017, p. 57)

Esses temas são pertinentes porque estão ao nosso redor, e para promover uma aprendizagem significativa, é preciso que haja uma conexão com conteúdos do cotidiano escolar e social dos educandos, possibilitando uma ação expressiva sobre os valores, comportamentos e hábitos presentes no dia a dia desses estudantes. Para a SEMED “os temas integradores fomentam o conhecimento pessoal, a compreensão do ambiente social e cultural, o conhecimento do mundo, e a relação dos educandos com o próximo.” (BRASIL, 2017, p. 57).

Vale ressaltar que a proposta da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís é de trabalhar com temas integradores,

[...] na perspectiva de descrever um assunto, mas fazer com que os/as estudantes vivam esse assunto na prática, por meio de projetos, transversalização de temáticas ou outras atividades didático-metodológicas. Isto porque esses temas tratam de questões urgentes e que precisam ser discutidas hoje. Em síntese, é dar um tratamento às questões que vêm sendo veiculadas pela televisão, jornal, etc., e que muito influenciam a vida das pessoas. (SÃO LUÍS, 2017, p. 58)

Destaca-se aqui, os três temas principais que fazem referência à diversidade e respeito às diferenças, sendo eles: Direitos Humanos e Cidadania, Relações Étnico-Raciais, Educação, Gênero e Diversidade.

A discussão dos Direitos Humanos e Cidadania, dentro do currículo escolar, demanda rever as concepções, as definições e posicionamentos sobre a sociedade, os direitos e os deveres dos sujeitos que compõem a sociedade. Por isso, a educação para os

direitos humanos baseada nos princípios da ética, do diálogo, do respeito para o bem comum em que serve para que “assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas” (FREIRE, 2000, p. 31), dentro da concepção de que todos intervenham e se posicionem de maneira responsável quanto à vida social.

Assim, a escola é o espaço no qual a cidadania que é autenticada através da interferência das relações na execução do desempenho da aprendizagem e do conhecimento que é instaurado entre professor e estudante, produzindo conhecimentos que auxiliam na formação de “cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.” (BRASIL, 1997, p. 27)

Portanto, enxergar a cidadania em um contexto mais amplo e crítico reafirma o nosso papel de ser um cidadão partícipe, entendendo que o exercício da cidadania é um processo que valoriza os fatos, princípios e atitudes inerentes à formação de um sujeito que atue com independência, sendo capaz de construir uma sociedade dentro dos parâmetros de justiça e igualdade.

Na educação para as Relações Étnico-Raciais- destaca-se a Lei nº 10.639/2003 que é incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, o Art. 26-A, que orienta que as instituições de ensino fundamental e médio, públicas e particulares, deverão tornar obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileira.

Para tal, a educação voltada para as relações étnico-raciais traz as aprendizagens que perpassam os povos, possibilitando a troca de conhecimentos, criando um projeto contínuo para a formação de uma sociedade pautada na igualdade e justiça social. Nessa perspectiva, os PCN propõem que os estudantes, para tornarem-se cidadãos, devem ser capazes de:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997, p. 7)

De acordo com Silva e Verrangia (2010, p.6) é “inegável que se vive um momento importante para o combate à discriminação racial; fala-se sobre e discutem-se cada vez mais abertamente as tensas relações étnico-raciais vividas no Brasil.” Então, para a execução da legislação devem ser criadas iniciativas de repúdio ao preconceito e à discriminação racial manifestados pelo racismo estrutural e histórico, admitindo que todo

cidadão é dotado de uma singularidade irrefutável e que a escola deve se ater para a formação e desenvolvimento do caráter dos estudantes.

O tema “Educação, Gênero e Diversidade na Escola”, mostra como o gênero pode ser considerado uma construção social, a partir do momento em que é formado por mecanismos relacionais e, quando nos referimos ao gênero, não estamos nos retratando somente às definições de homem e mulher, mas sim sobre tudo que pode ser ligada à identidade do que se entende por homem e mulher. O significado de gênero pode ser relativo, pois ser mulher ou homem, provoca uma série de outras relações que não se dissociam, dentro da construção dos papéis relacionados ao gênero.

As discussões sobre os papéis determinados aos homens e mulheres na sociedade, contribuí significativamente para que o espaço escolar altere a forma de enxergar as diferenças culturais, estimulando os educandos a perceberem que a identidade de grupos, os paradigmas e estereótipos são normais nas inúmeras situações e vivências do cotidiano escolar, que são resultado de construções históricas, sociais e culturais e que devem ser combatidas com avidez.

Para Sant’Anna e Bispo (2017, p. 34), “Amadurecidos, homens e mulheres são formados por comportamentos e atitudes advindos de uma série de identidades que foram construídas a partir de vivências, da cultura local, da família, do círculo de amizades, igreja, mídia e lei.” Sendo assim, a escola exercendo seu papel social, precisa propiciar ações que ultrapassem os padrões delimitados quanto ao espaço e a condição social que homens e mulheres ocupam sociedade, sabendo que desde muito pequenas as meninas são ensinadas a terem determinados comportamentos, a forma de se vestir, o desenvolvimento de uma sensibilidade feminina e a como são destinadas a ocupar um lugar secundário nos espaços e cargos de poder e de participação efetiva, já os meninos são educados a serem racionais, a não expressarem seus sentimentos, a serem fortes e dignos de liderança. Porém, Sant’anna e Bispo (2017, p. 34) esclarecem que “em contrapartida, a escola tem a função de assegurar e estimular a sexualidade “normal” dos alunos, sem que isso estimule-os ao interesse em questões voltadas à sexualidade e sua prática.”

Neste sentido, é o currículo que direciona e orienta a formação das subjetividades que participam do processo educativo, que se dá em todos os espaços e dependências da escola. No currículo escolar, podemos observar que a caracterização, muitas vezes estereotipada do que é ser homem e o que é ser mulher está sempre presente, ainda que não a mencionam explicitamente, ainda que a silenciemos.

Assim, a escola precisa abrir espaço permanente de reflexão para discutir e trabalhar as questões de gênero e sexualidade, invisíveis no cotidiano escolar, promovendo ações que de acordo com as reflexões de Candau (1998) sirvam:

para que se corrijam as marcas da discriminação construída ao longo da história. Visam melhores condições de vida para os grupos marginalizados, a superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação étnica e cultural, assim como das desigualdades sociais. (CANDAU, 1998, p.54)

E, nesse trajeto, são inculcadas as ideias de normalidade, de perfeição, da moral, do que pode e do que não pode, do “certo” e do “errado”. Mas há que se pensar na garantia de um ensino que respeite as diferenças e a diversidade como parte do processo de formação humana. Assim, há a necessidade de se eliminar do material didático e da prática educativa os estereótipos, sejam eles sexistas ou racistas.

Recorrer à transversalidade significa, acima de tudo, exercitar o todo de acordo com a complexidade de uma temática, a partir do panorama das diferentes áreas.

## **6 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE CULTURAL**

A proposta aqui é de discutir as hipóteses sobre como o professor brasileiro se dispõe a dialogar com a diversidade dentro da sua prática e experiência cultural no âmbito de uma proposta didático-pedagógica que externaliza a sua prática educacional quanto à diversidade presente na sua sala de aula. Os debates acerca da problemática da diversidade cultural tem levantado questões oriundas desta temática. Akkari faz referência à essa discussão quando faz a seguinte análise (2010, p. 75):

Em síntese, podemos constatar, em vários países, uma diferença notável na emergência da temática da diversidade cultural na escola, entre os países que optaram pela utilização do termo multicultural e os que escolheram o termo educação intercultural. Os primeiros, entre os quais encontramos a maioria dos países anglófonos, focalizam a necessidade do reconhecimento e a valorização das diferenças culturais. Os segundos, entre os quais encontramos os países francófonos, demonstram a preferência pelo termo educação intercultural, visto que ele permite evidenciar as interações, as trocas e as construções originadas dos contatos entre as culturas.

Assim, pode-se constatar que as abordagens cultural e multicultural apresentam um crescente progresso quanto à forma de se perceber a compreensão sobre a diversidade cultural dentro do espaço escolar. Porém, cada uma dessas formas de cultura, exercem uma

visão diferente sobre a realidade da diversidade, dentro das suas limitações no que diz respeito aos conceitos que ainda necessitam de um maior diálogo, com o intuito de obter avanços significativos diante da problemática da diversidade cultural no espaço escolar.

A interculturalidade, segundo Akkari (2010), tem como base a relação de “justaposição” das culturas que podem estar em um mesmo local, sendo adjacentes, formando as pequenas partes de um “mosaico”, enquanto a multiculturalidade foca na maneira como as culturas se relacionam de uma forma geral, como elas reagem ao contato com variados grupos, transformando essa relação em uma administração das diferenças, quais forem elas. Portanto, para que haja a superação da distância que há entre elas, sugere-se aqui, a percepção sobre a transculturalidade na educação, destacada por Akkari (2010):

Observamos que o termo “perspectiva transcultural em educação”, menos presente na literatura pedagógica que os dois primeiros, é o que possui uma maior capacidade de transformar radicalmente a relação com a diversidade, pois é um componente do espaço escolar. Ele significa não somente a necessidade de trabalhar a partir das pertenças culturais dos estudantes, mas também de superá-las. Esse é o sentido no qual os filósofos do iluminismo situaram o papel da educação: produzir o universal e despertar a humanidade que há em cada indivíduo. (AKKARI, 2010, p. 77).

Dessa forma, pode-se inferir que a transculturalidade abre novos caminhos para o desenvolvimento de uma prática educativa libertária, já que esta dá enfoque às engrenagens da mistura das culturas, de forma que não seja uma busca ostensiva apenas para alcançar a simetria, mas requerendo também, um confronto de idéias que viabilizem um debate onde a supremacia do respeito entre os grupos que compartilham as diferenças de suas culturas em mesmo espaço.

Pode-se então, entender que a transculturalidade na educação é a aproximação do pensamento de Paulo Freire frente à diversidade cultural experienciada por ele, estabelecendo uma conexão com as diferenças, tornando a busca pelo conhecimento um exercício contínuo, para que não haja um sentimento de apatia. Assim, é preciso que se compreenda o conceito de uma cultura pautada na dinamicidade, apresentada por Freire:

Se a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la na ou nas suas razões de ser [...]. Da mudança em processo, no campo dos costumes, no do gosto estético de modo geral, das artes plásticas, da música, popular ou não, no campo da moral, sobretudo no da sexualidade, no da linguagem, como da mudança historicamente necessária nas estruturas de poder da sociedade, mas a que dizem não, ainda, as forças retrógradas. (FREIRE, 2000, p. 17).

A partir do pressuposto de que a mudança é uma qualidade que representa a historicidade e a característica mutável da cultura, não se pode, então, rotular o ser humano como um ser mutável apenas no que se refere ao meio cultural, já que essa compreensão parte de um princípio universal, sendo um desígnio inerente à todos.

Por essa razão, é necessário admitir a hipótese antropológica de que por ser uma criação do ser humano, a cultura foi produzida e reproduzida nas várias realidades que os indivíduos podem encontrar a diversidade (GUSMÃO, 2008). São incontáveis as diversidades encontradas dentro dos grupos sociais que fazem referência a comportamentos e valores mais amplos, que não são nada mais que a contínua multiplicidade de vivências que estão catalogadas pelo espaço social e geográfico, revelando assim, o diagrama complexo do ser humano no decorrer da história. Diante desse fato, de acordo com Peroza (2012, p.13) “não há porque se fazer distinção hierárquica entre cultura clássica e cultura popular, culturas indígenas e culturas européias, africanas ou chinesas. Todas são sínteses contextualizadas e temporalizadas da própria condição humana.” As culturas são, então, abreviações temporais sobre a circunstância humana da identidade cultural de cada realidade.

É a partir dessa ótica, que Paulo Freire (2008) nos indica as impressões de cunho político-pedagógico que visam incutir uma ação educativa para a promoção da transculturalidade que entra em sintonia com as particularidades das diferentes realidades culturais pautadas em uma prática humildade e inteligente, onde o educador é sensível no que diz respeito à uma perspectiva educacional em que o diálogo seja base para uma criticidade vinculado à historicidade da diversidade na presente na humanidade. Exigindo por parte desse professor uma postura de respeito, promovido dentro de sua sala de aula.

O respeito, segundo Freire (1997) se instala aos poucos perante às diferenças de comunicação de cada grupo e de cada sujeito pertencente à esses grupos, sem que haja a perda das características essenciais, exigindo assim, uma postura mais ávida ao buscar o diálogo com os diferentes. Vale ressaltar, que o diálogo tem como principal objetivo, a implementação e viabilização do respeito dentro do que é a transculturalidade defendida por Akkari (2008), quando se refere à superação dos obstáculos que perpassam a cultura, em direção à superação desses obstáculos que tornam infecundo o relacionamento legítimo do ser humano, não havendo preconceito ou sobreposição de uma cultura em relação à outra.

A caracterização de uma prática político-pedagógica parte de um educador comprometido com uma ação educativa que permite o diálogo e a construção das palavras,

de forma especial, gerando um significado especial para se obter uma troca cultural recíproca. Akkari (2008). Essa é a superação que defende a autenticidade da transculturalidade, onde os diferentes resguardam o que é importante em suas diferenças e compartilhem do que os mantém próximos de acordo com as suas afinidades, haja vista que a ascensão do coletivo em direção à uma sociedade pluralmente universal.

Isto é, na educação transcultural, de acordo com o pensamento de Freire (1997), tem em seu âmago prática libertária dentro do exercício educacional, fundamentado no à união e preservação das diferenças, em que os sujeitos sejam responsáveis pela sua existência, historicidade e origens, envoltos pela necessidade de encontrar os meios de aproximação expressar nos grupos em que se relacionam e trocam experiências, superando as diferenças culturais na luta contra os que não concordam e pleiteiam com uma nova era sócio-econômica, esse tipo de comportamento exige uma ação que promova o diálogo se atendo à uma auto-crítica e análise, tanto individual quanto coletiva, dando as condições necessárias à manifestação das fragilidades e grandeza da humanidade.

Para que essa educação seja atingida e os professores possam transformá-la de acordo com a sua prática é necessário refletir sobre como é feita a formação desses profissionais. O Art. 62. da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB n.º 9394/96 (1996, p. 15) norteia a formação da seguinte forma:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A partir desse momento, pôde-se perceber o incentivo do governo em promover a formação de professores na instituições de ensino superior. Outra pontoem questão é a em como ocorreu a ampliação dos programas de formação do ensino superior que são destinadas aos professores que se fazem presentes nos sistemas de ensino. De acordo com Pimenta (2002, p. 46)

a questão se complica quando esses programas fazem uma formação superior aligeirada, considerando que a prática de que são possuidores, uma vez que já atuam profissionalmente, é suficiente para dispensá-los de um processo formativo mais amplo e profundo. Nesses programas observa-se uma supervalorização da prática, considerada em si mesma, não tomada como objeto de análise crítica, o que demandaria mais tempo para que uma sólida formação teórica seja apropriada no diálogo com as práticas e com as teorias nela presentes. Esses programas sugerem um investimento mais na *certificação* do que na *qualidade* da formação.

Percebe-se aqui, que a desconfiguração profissional do docente produzida com o tempo vem reduzindo, a produção do conhecimento e a ação docente. Acredita-se, então, na formação continuada que visa um trabalho de reflexão e criticidade sobre as práticas, metodologias e competências da identidade profissional do século XXI, dentro do processo de interação entre o fazer pedagógico e relação aluno-professor.

### **6.1 Desafios da profissão docente na educação atual**

Com as recorrentes mudanças nos âmbitos sociais, culturais e econômicas a humanidade tem se dedicado a dar importância à Educação, particularmente a educação que está ligada ao sistema educacional, sendo constante a discussão pública sobre como o ato de educar se tornou um exercício mais rigoroso, e, não menos responsável, requerendo assim, um constante diálogo e harmonia entre a formação e os procedimentos metodológicos que sejam adaptados às impressões e características dos sujeitos desse processo, que são o educador e o educando.

Para tanto, parte de uma configuração da situação em que se encontram as relações entre educação e sociedade, desenvolvendo em seguida considerações sobre o necessário redimensionamento de seu papel, em face das exigências postas pela significação da condição humana, fundada na eminente dignidade dos seres humanos como pessoas. (SEVERINO, 2000, p. 67)

Assim, o desempenho de tal trabalho exige qualidade e responsabilidade por parte do educador, que reúne ao seu redor uma fusão do conhecimento e das competências, a fim de possibilitar a criação e consolidação de uma educação de qualidade. Dessa forma, a educação não pode mais ser vista meramente como processo mecânico que desenvolve e intensifica as potencialidades, se constitui como um processo de construção, sendo assim, é a prática em que os indivíduos se constroem ao longo do tempo.

O professor constrói seus saberes durante a sua formação acadêmica e da prática docente, o que justifica um professor não ser igual ao outro, já que a compreensão sobre a contemporaneidade é adquirida de acordo com as experiências vividas com o passar do tempo. Esses saberes, então, são ditos como “temporais” já que na sua construção são colocadas à prova a identidade profissional e as transformações que se formam através de habilidades, metodologias e práticas. Para Tardif “[...] os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiana parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissionais, pois essa experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e produção de seus próprios saberes profissionais.” (TARDIF, 2012, p. 21).

Portanto, não se pode fazer a separação do professor da aprendizagem. Diante da sociedade e da contemporaneidade, a educação recebe um grande número de demandas acerca do fazer pedagógico, dando ao profissional do século XXI a possibilidade de repensar o seu desempenho em sala de aula e os desafios emergentes que enfrentam para atender às exigências da atualidade.

Assim, foram delimitadas ao professor diferentes demandas. Quanto às questões sociais, ele tem aprendido a enxergar e abraçar com mais intensidade as diferenças, pensamentos e interesses que partem dos alunos e da comunidade escolar, interagindo no meio em que está inserido. Já espaço escolar, o professor é chamado a tomar decisões mais assertivas, que influenciam os caminhos pedagógicos a serem trilhados na sala de aula, definindo limites adequados aos conhecimentos que serão expostos em classe, participando da elaboração de projetos voltados para a diversidade na escola. Por isso, Nóvoa (1995, p. 26) propõe que “[...] o desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos professores passa pela produção de saberes e de valores que deem corpo a um exercício autônomo da profissão docente.”

No que se refere ao aspecto pessoal, o professor é convidado a se posicionar e decidir os rumos da sua prática educacional, que interfere diretamente na sua formação profissional, se envolvendo com outros profissionais viabilizando um diálogo que permita a discussão sobre projetos que gerem a expansão da sua formação.

As práticas relacionadas ao cotidiano escolar e as ações que permitem o conhecimento da cultura e dos saberes dentro da escola, demonstram o quanto o professor tem papel fundamental na formação de sujeitos que enxergam as diferenças e realidades presentes em uma mesma sociedade. Buscamos em Tardif (2012, p. 31) o conceito de “saberes” que explica que:

se chamamos de saberes sociais, o conjunto de saberes de que dispõe uma sociedade e de educação, o conjunto dos processos de formação e de aprendizagem elaborados socialmente e destinados a instruir os membros da sociedade com base nesses saberes, então é evidente que o grupo de educadores, os corpos docentes que realizam esses processos educativos no âmbito dos sistemas de formação em vigor são chamados, de uma maneira ou de outra, a definir suas prática em relação aos saberes que possuem e transmitem.

Desta forma, pode-se concluir que não somente os professores, mas o corpo pedagógico da escola e os educandos trazem seus saberes à escola, ou seja, os saberes não estão desconectados dos fatores sociais, das condições de trabalho e a vida de seus sujeitos, esta realidade perpassa os muros das escolas, tendo em vista que é constituída por sujeitos

sociais, provenientes de experiências e vivências de desigualdade, de desrespeito e de negação de sua identidade cultural.

Dessa forma, o professor é quem mobiliza os sujeitos em busca dos saberes, dos conhecimentos, auxiliando na resolução e na tomada de decisões que sejam pertinentes e não propondo a ideia de que um sujeito possui um quantitativo elevado de conhecimento.

Assim, o educador da atualidade não deve se limitar a ser um profissional que só mostra e aplica o conhecimento produzido por outros, mas um profissional que assuma as suas metodologias de acordo com a sua própria ressignificação. O professor que tem uma vasta experiência de vivências com significados originários consegue modificar-se e orientar-se para uma prática que selecione determinados assuntos e conteúdos, priorizando determinadas atividades que acabam por beneficiá-lo no percurso das diferentes prioridades do ser humano, ampliando seu histórico de experiências.

Entendemos assim, que o professor é aquele sujeito capaz de identificar e conviver com as diferenças, oportunizando a expansão do conhecimento, tornando saudável a convivência entre os indivíduos, sendo a sensibilidade, característica essencial na formação estudante, que gera um modelo de excelência diante da diversidade de significados e representações.

Compreende-se aqui, que os conhecimentos e práticas adotados pelos professores são obstáculos a serem ultrapassados, estes conhecimentos têm se tornado como desafio a ser vencido pelo professor com o propósito de que ele se torne um profissional pautado na excelência, que dentro da educação atual, deve ter a capacidade de modificar, articular e pôr em prática os conhecimentos que tem em sua bagagem docente, que possam abarcar os valores e práticas necessários, que amplie e respeite a diversidade em sala de aula, sendo eficaz no desempenho das atividades que são de sua inteira responsabilidade. Segundo as palavras de Cunha (2006),

A formação do educador é um processo, acontecendo no interior das condições históricas que ele mesmo vive. Faz parte de uma realidade concreta determinada, que não é estática e definitiva. É uma realidade que se faz no cotidiano. Por isso, é importante que este cotidiano seja desvendado. O retorno permanente da reflexão sobre a sua caminhada como educando e como educador é que pode fazer avançar o seu fazer pedagógico (CUNHA, 2006, p.169, 170).

Então, o professor do século XXI deve expandir as competências que auxiliam o crescimento pessoal na sua formação enquanto professor, tais competências devem facultar a análise crítica e reflexiva que permitirá compreender as suas metodologias em

sala. Aqui, é ressaltada a importância de se haver uma formação inicial e continuada, que seja para o crescimento pessoal e profissional do professor da atualidade.

O primeiro passo para vencer os desafios da educação atual é o investimento direcionado para a formação inicial e continuada, essa formação está de acordo com a necessidade de mudança dos modelos de ensino, adquirindo conhecimentos, vislumbrando um padrão que se apoie no desenvolvimento de habilidades e competências que atendam as necessidades dos alunos, considerando a crescente mudança da sociedade em que se encontra, com o objetivo de auxiliar no aprendizado.

Outro desafio que atualmente é colocado ao professor tem a ver com a multiplicidade do conhecimento e dos seus processos, exigindo que o professor, sobretudo, domine e compreenda as novas linguagens e experiências, bem como saber articulá-las com outra competência, baseada no processo de mediação e diálogo com a participação, criação e estímulo ao acesso à novas linguagens, como forma de ampliar o grau de compreensão e autonomia das vivências dos sujeitos.

Assim, há maior exigência quanto às responsabilidades e à alteração do papel do professor entendido como fonte inesgotável de conhecimento. As reformas políticas que trazem implícitos os papéis dos professores mudam constantemente, apresentando assim, dificuldade em definir o papel da escola. Além desses fatores, cabe ao professor conduzir as novas gerações à uma formação que prioriza as virtudes, focando em um futuro com mais possibilidades, este tem sido o maior desafio do professor dentro do espaço escolar.

## **7 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS:** Discutindo os resultados

Com a utilização de um questionário semi estruturado direcionado a professores de diversas licenciaturas, visando esclarecer a relação sobre as diferenças entre os conceitos, práticas e métodos estudados, fez-se uso de uma metodologia de caráter qualitativo, já que a interpretação requerida é em uma dimensão mais vasta e múltipla da realidade, que perpassa pelos objetivos e subjetividades de uma série de fatores presentes nas práticas pedagógicas, concebendo assim, o que é característico das vivências escolares.

Assim, deu-se início ao deslocamento para a escola municipal onde foi feita, primeiramente, a caracterização da escola, conversando com a gestora para posteriormente realizar a coleta dos dados, com questionário semi estruturado. Quanto à formação dos

professores que participaram da pesquisa, foram abordadas(os) professores formados em Língua Portuguesa, Artes, História, Matemática, entre outras licenciaturas, dos nove professores entrevistados, quatro possuem algum tipo de especialização e três possuem mestrado. Tratam-se de professores que atuam no setor público, na modalidade regular, predominando a faixa etária de 35 a 45 anos. As questões aplicadas se tratavam de questões sobre a compreensão da diversidade de acordo com os documentos legais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394/1996, PCN, BNCC, etc. As metodologias utilizadas pelos professores, as abordagens de temáticas contemporâneas dentro da sala de aula, a formação continuada dos professores, o reconhecimento da transversalidade dentro das disciplinas e conteúdos. No total, nove professores responderam ao questionário, que não tiveram sua identidade exposta.

### **7.1 Análise de dados**

No intuito de saber como os professores estão preparados para proporcionar uma educação de qualidade, educação assegurada pela Constituição Federal (1988) que busca abranger todos os níveis sociais e culturais, criando uma escola que abraça as diferenças, que perpassam valores de respeito, considerando como escola participativa e inclusiva, aquela que compreende e abraça as singularidades dos indivíduos. Compreende-se, então, a formação escolar como:

[...] o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. (BRASIL, DCN, 2013, p.4)

Assim, a formação dos professores para a diversidade dentro da escola, principalmente a escola pública, deve ser voltada para as particularidades dos estudantes, afinal, as diferenças entre identidade, etnia, cultura, classe social, religião e gênero precisam ser discutidas e esses são temas pertinentes e históricos, que fazem parte da contemporaneidade. Os professores responderam sobre a existência da abordagem dos temas contemporâneos/ transversais dentro de sala de aula nas suas respectivas disciplinas e se a escola promove projetos que discutem acerca de tais temáticas: Racismo, Diversidade Religiosa, Desigualdades sociais, Sexualidade.

As respostas tiveram como resultado três principais projetos com os temas citados anteriormente, foram, respectivamente: Racismo, Desigualdades Sociais e

Sexualidade. Isso demonstra que a escola tem buscado desenvolver projetos de cunho social, que, nas palavras de Costa (2014, p. 20) os “projetos escolares podem trazer ao centro das relações vividas na escola um ambiente mais propício ao respeito, à solidariedade e ao acolhimento.” Os projetos que são propostos pela escola possibilitam a aquisição de novos conhecimentos, esclarecimentos e novos questionamentos sobre determinados assuntos, gerando assim, uma troca entre alunos e escola. Para Costa, a escola deve promover:

[...] o desenvolvimento de escolas capazes de abraçar a diversidade para garantir a todos os alunos, sem exceção, a igualdade de oportunidades. Isto requer a participação e o empenho de toda a comunidade escolar para transformações que devem ocorrer em todos os níveis: infra-estrutura, metodologias, práticas pedagógicas e as políticas educacionais. (COSTA, E. 2014, p. 5)

Questionados sobre como é realizado o desenvolvimento, com qual periodicidade e como é feito o planejamento que envolve a temática sobre a diversidade e os temas contemporâneos trabalhadas em sala de aula, pôde-se destacar as seguintes respostas:

Os temas são desenvolvidos de forma contextualizada aos conteúdos trabalhados. P1.

São trabalhados de forma muito elementar. Os temas normalmente são abordados através de texto adaptado ao histórico da modalidade esportiva. P2

Geralmente tento desenvolver esses temas levando em consideração a necessidade e a maturidade dos alunos. P3

A diversidade é vinculada aos conteúdos por meio de propostas transversais e interdisciplinares sempre que há compatibilidade com os conteúdos ministrados, pois são compreendidos como inerentes. P4

Sim. Por lecionar a componente curricular “Arte” esses temas estão presentes diariamente. Os temas são abordados a partir da apreciação e contextualização de obras artísticas (visuais, musicais, cinematográficas, etc) e produções artísticas individuais e coletivas. P5

Sim, os temas são abordados sempre que são mencionados em um texto ou mais aprofundamento mediante projetos que são desenvolvidos na escola. P6

Os temas culturais são abordados em aulas e em projetos interdisciplinares, como exemplo, temos o Projeto Consciência Negra realizado no mês de Novembro. P7

Sim, tais temas são desenvolvidos de acordo com a programação de conteúdo e disciplina matemática, usando-se também, como referências datas comemorativas.

P8

Os outros entrevistados pontuaram que a abordagem da diversidade em sala de aula ocorre de acordo com a existência de outros temas que surgem dentro do material já preparado para a disciplina, levando em conta aspectos como “maturidade e necessidade” da turma. O que pode ser considerado como um pensamento retrógrado, já que o professor dentro de suas capacidades metodológicas pode promover em sala de aula discussões sobre a diversidade, tendo cautela em como conversar com os alunos, tendo com principal objetivo, desenvolver nos alunos, desde pequenos o exercício do diálogo e do respeito. Assim, fica claro dentro do pensamento de Freire que afirma que o professor deve se atentar à sua profissão com consciência, se dedicando, e partilhando experiências e saberes, auxiliando assim, no crescimento do seu aluno na questão social como também, na profissão de forma que venha a se posicionar e interferir na sociedade de forma crítica, participando ativamente nas decisões, buscando resultados perante as problemáticas existem na sociedade em que está inserido. Desta forma, Paulo freire (1967, p. 97) acredita em:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos.

Posto isso, entende-se que a educação consente na aproximação com o outro, possibilitando a troca de conhecimentos e um diálogo que tenha em sua égide o pensamento sobre realidade em que se encontra e as formas de tentar mediar a busca por mudanças profundas para si e para todos.

Diante das respostas apresentadas e dos fundamentos teóricos que as embasam, parte-se agora, para outro quesito, o de o professor acreditar que a escola é um local de troca, permitindo a existência da igualdade dos diferentes tipos de indivíduos. Tratar sobre Diversidade Cultural no espaço escolar significa dizer que a escola “ideal” deve se basear nos princípios de respeito aos direitos e diferenças de todos, na tolerância, e na percepção de cidadania requerida por todos. Assim, o aprendizado positivo só ocorrerá em decorrência de uma prática educacional que em seu planejamento enfatiza a diversidade dos membros que compõem a escola. Dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.63), há a premissa de que “[...] a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.”

Dando continuidade à entrevista, os professores foram questionados da seguinte forma: A partir da sua prática e planejamento, qual é a sua concepção sobre a diversidade na escola? Para descrever sobre a compreensão dos professores quanto ao que lhes foi questionado, os professores responderam:

Pelas limitações físicas e de materiais pedagógicos acredito que ainda tem muito o que melhorar. P1

É importante para a formação pessoal do aluno e para torná-lo um cidadão apto para viver em sociedade. P2

É desenvolvida com bastante qualidade. Nos projetos sempre tem um especialista no tema que irá ser palestrado na escola. P3

Há de se trabalhar tal tema para inculcar nos discentes valores para uma boa convivência. P4

De fundamental importância para a execução da prática pedagógica. P5

A diversidade envolve questões religiosas, culturais, étnicas, sexuais, etc. P6

A diversidade é valorizada e debatida com frequência no espaço escolar. P7

De que a partir dela, nós podemos proporcionar aos alunos uma visão mais aberta em relação aos aspectos abordados. P8

Pode-se perceber que há diferentes tipos de respostas, todas baseadas na perspectiva do professor em relação à sua prática e metodologia utilizadas dentro de espaço educacional. Podemos afirmar que nos diversos espaços sociais, é possível perceber os sinais de exclusão, podendo citar o exemplo de uma instituição escolar que não possui estrutura física apropriada para receber as pessoas com algum tipo de deficiência física, ou a marginalização e silenciamento de preceitos religiosos. Portanto, é significativo refletir se a educação tem tido práticas emancipatórias e participativas dentro da escola, pensando como o oferecimento de uma formação inicial e continuada que se adeque à realidade para que os educadores, que por vezes encaram uma classe abarrotada de alunos diferentes, tenham total capacidade para lidar com a diversidade, não fazendo exclusão ou separação de alunos dentro do espaço escolar.

E quanto à formação dos professores que se encontram hoje no ambiente educacional assim como nas suas práticas pedagógicas, Costa (2009, p. 68) discorre que:

[...] não se percebem autores de sua própria práxis, antes reproduzem práticas instituídas (a maioria produzida pelo sistema de ensino), contribuindo assim para a manutenção das estruturas sociais vigentes, revelando-se desmotivados, desencorajados, culpabilizando o Estado e eximindo-se de responsabilidade pedagógica. Assim, mantêm-se atrelados, de maneira inconsciente, às práticas

tradicionais, conservadoras, excludentes e discriminatórias, impossibilitando a si próprios o pensar sobre a diversidade humana no cotidiano escolar.

Logo, o professor tem papel fundamental na busca por uma educação mais inclusiva e aberta, justa e igualitária uma vez que lida diretamente com as dificuldades e diversidades na sua prática pedagógica. Assim, o olhar do educador diante da educação pode determinar o sucesso ou o fracasso dos estudantes. A compreensão do professor sobre uma prática que abrange a diversidade que o cerca em sala de aula é um fator determinante para o impulsionamento do educando. Por mais que se acredite que a posição dos docentes seja a de incluir, nem sempre isso ocorre, é preciso, então, que haja uma formação adequada para tratar sobre as particularidades existentes em sala de aula por parte dos educandos.

Percebeu-se que há discussões e conteúdos que retratam as categorias estudadas, assim houve um processo objetivo no preparo permitido aos conteúdos absorvidos durante a formação, como: a formulação de atividades, o setor pedagógico no tocante à qualidade da execução da função educativa, as ponderações e transformações a partir da perspectiva sobre a metodologia de trabalho adotada, etc. O objetivo aqui é de refletir sobre como a formação acadêmica está inteiramente ligada ao que se entende como currículo, esse currículo não cumpre a missão de ser uma ponte entre o conhecimento adquirido na Universidade e a como se dão as práticas dentro da realidade do espaço escolar, abrangendo assim, os indivíduos e como suas complexidades são determinadas, independente de quais forem as características que compõem essa diversidade.

Dando continuidade a análise do questionário, tendo em vista, a problemática que a formação continuada de professores está inserida e apontando a urgência de desenvolver uma prática educacional que esteja atrelada aos conhecimentos sobre Diversidade, indagou-se os professores quanto à formação continuada com as seguintes perguntas:

Você participa de formação continuada? Se sim, com que frequência? Em quais áreas? Cite os meses e as temáticas.

Sim. Sempre que a Secretaria de Educação oferece. P1

Sim. Mensalmente faço sobre educação especial, diversidade cultural e dificuldade de aprendizagem. P2

Sim. Grupos de estudos com temáticas sobre a teoria da História, variedade cultural, cinema, religiosidade, etc. P3

Sim, sempre que há oportunidade. Na área de Matemática. P4

Sim, 1 vez a cada 4 meses. P5

Sim. P6

Sim. Sempre que possível em áreas relacionadas à minha área de formação. P7

Sim. Na área que atuo. P8

Observou-se que a formação continuada é procurada pelos professores, segundo suas respostas à este questionamento, onde todos que responderam participam de algum tipo de formação continuada, oferecidos ou não pela Secretaria de Educação, participando de atividades e capacitações que tenham por objetivo potencializar os conhecimentos pertinentes à prática docente. A formação de professores ocorre de maneira diversa, por meio da Secretaria de Educação do Município quando oferta cursos e capacitações ou pela busca individual do professor quanto à sua contínua formação em áreas de seu interesse. Quanto à formação continuada de professores, Delors se posiciona da seguinte forma:

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor econômico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160)

Destarte, Delors (2003, p. 159), afirma que, a atuação e o fazer pedagógico do professor “para ser eficaz terá de recorrer a competências pedagógicas muito diversas e a qualidades humanas como autoridade, paciência e humildade [...]. Melhorar a qualidade e a motivação dos professores deve, pois ser uma prioridade em todos os países.” De acordo com esse pressuposto, podemos compreender que para realizar suas atividades de forma eficaz, é necessário que o professor se renove e busque novas alternativas para abordar conteúdos, assim poderá tornar o cotidiano educacional mais prazeroso e significativo.

Dando importância às práticas educativas, pôde-se analisar que a realidade no que se refere à próxima pergunta, consegue discutir a qualidade do conteúdo nas formações e quanto às temáticas que são discutidas com mais frequência em sala de aula. Os entrevistados foram perguntados sobre como entendem o papel da escola que por meio do currículo, proporciona conhecimentos que promovem o respeito à diversidade. Sabendo disso e da responsabilidade social que a escola tem, quais temas são mais discutidos dentro da sala de aula? Justifique.

Racismo. temas pertinentes ao contexto social. P1

Religião, Gênero e Diversidade, Racismo, Direitos Humanos e Cidadania. Os temas relacionados a área de Direitos Humanos e Cidadania, onde vários temas como: respeito, convívio pacífico, etc. Além disso, a escola busca trabalhar os

demais aspectos nas diversas disciplinas e através de projetos trabalhados ao longo do ano. P2

Racismo, Direitos Humanos. Étnicos e sociais, em razão da realidade da clientela da escola pública e no contexto geral, da realidade da formação do povo brasileiro. P3

Gênero e Diversidade. Entendo que seja em virtude das problemáticas familiares que nossos alunos estão expostos. P4

Racismo, Direitos Humanos. temas pertinentes ao contexto social. P5

Religião, Gênero e Diversidade, Racismo, Direitos Humanos e Cidadania. Culturas nativas, racismo, acessibilidade, sexualidade, entre outros. P6

Racismo. Pluralidade racial. Porque a partir desse enfoque, pode-se trabalhar os demais temas. P7

Racismo, Direitos Humanos e Cidadania, Gênero. Respeito às diferenças, tolerância, entre outros. P8

Gênero. Gênero, diversidade e suicídio. P9

Nessa perspectiva, pode-se perceber que há sim o interesse de proporcionar um diálogo dentro de sala de aula que esteja lado a lado com a diversidade e quanto aos temas transversais trabalhados pelos professores em sala de aula, os temas mais recorrentes foram: Racismo, Direitos Humanos, Gênero e Diversidade, e por último, Religião. Diante das respostas foi possível observar que os professores tratam essas temáticas em sala de aula, porque entendem que elas são sim importantes, mas principalmente, são necessárias para a discussão dentro da realidade educacional em que os alunos e os próprios professores estão incluídos. Dentro do contexto atual, a relevância, a intencionalidade e a abordagem sobre a diversidade nos currículos de formação são questões convenientes, a partir da compreensão apresentada anteriormente, de que a formação continuada dos professores, possibilita um leque de conhecimentos que acarreta na quebra de paradigmas, possibilitando o acesso a novos conceitos e uma reflexão sobre a prática docente.

Portanto, o currículo é concebido como um mecanismo relevante dentro do processo de apreensão do conhecimento, que pode ser reconhecido pelo trabalho sobre a diversidade cultural em sala de aula. Silva (2000) declara que é necessário compreender o currículo como um elemento cultural que articula-se na reflexão sobre a condição não ambígua de qualquer conceito.

É válido destacar, também, que a construção do currículo, deve ser dissociado do cunho político, histórico e cultural que é tratado por Freire e que tem como propósito alinhar a prática docente para educação libertária, na qual está implícita a importância de se pôr em cheque a verdadeira ideologia que perpassa o currículo oficial. Em suas palavras,

Freire (2005, p. 123) ressalta que “[...] a compreensão do currículo abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas as que fazem a escola. Abarca a força da ideologia e sua representação não só enquanto ideias, mas como prática concreta”.

Dessa forma, pensar sobre uma escola que se volta para as discussões sobre diversidade, cultura, inclusão, sexualidade e gênero, é pensar automaticamente sobre a diminuição da visão excludente sobre esses temas dentro do espaço escolar, tendo em vista que é neste espaço que ocorre a socialização e disseminação de conhecimentos entre os membros que estão inseridos nele, o que acarreta na compreensão do professor sobre a prática que abrange a diversidade que o cerca em sala de aula sendo fator determinante para que o estudante seja impulsionado à respeitar a diversidade presente dentro e fora do espaço escolar.

É importante frisar, que a diversidade aqui evidenciada se trata da possibilidade de se haver diversas formas de expressões culturais, de sexualidade e de etnia, que fazem da sala de aula um espaço multicultural, a partir da compreensão e aceitação da diversidade, da relação que pode haver entre as culturas, as possíveis relações de troca de saberes, de reflexões acerca da realidade de cada grupo e sujeitos inseridos no contexto educacional voltado para uma educação mais justa e igualitária.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acredita-se que a ampliação de uma educação questionadora, que se contrapõe a um sistema histórico excludente da sociedade, é aquela que tem o respeito como base para expandir as oportunidades e potencialidades do ser humano. A educação deve ser repensada, para que haja uma prática educacional em que o diálogo entre os sujeitos se consolidem como protagonistas do processo, dando ênfase na busca por igualdade, em que todos colaboram, de forma que a escola, os alunos e os professores, unam-se para discutir sobre as diferenças que são intrínsecas a sociedade e ao ambiente escolar de uma forma geral.

Perante o exposto, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a importância da formação dos professores voltada para a abordagem do currículo na perspectiva da diversidade cultural e como a formação dos professores e o currículo estão voltados para a diversidade cultural ressaltando se os professores da Rede Municipal de ensino de São Luís conhecem os temas transversais da proposta curricular da SEMED e como vinculam esses temas às disciplinas, de acordo com a metodologia utilizada e como os professores auxiliam os alunos na busca pelo conhecimento a respeito da diversidade no espaço escolar e na sociedade, destacando como enxergam o papel do professor como formador de cidadãos críticos.

As respostas dos questionários possibilitaram a apresentação de elementos diferenciados no que diz respeito à compreensão da diversidade no contexto educacional. Os profissionais que se disponibilizaram para responder ao questionário trazem dentro de si a compreensão sobre o ensino básico na esfera pública, assim como a vulnerabilidade de se ter acesso à uma formação inicial e continuada. Em conformidade com as falas dos entrevistados, destaca-se a existência da compreensão e da relevância destinada ao estudo sobre diversidade, entretanto, o aprendizado ainda se dá de forma fragmentada.

Quando tratamos da formação de professores, da formação inicial e continuada, podemos entender que as necessidades expostas em algumas respostas apontam para uma discussão sobre a necessidade de uma formação mais abrangente.

Percebe-se que os professores conseguem desenvolver em sala de aula boa parte dos temas transversais que estão propostos nos outros documentos legais (PCN, BNCC, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.9.394/1996, entre outros) de acordo com a sua disciplina, disponibilidade e necessidade de cada sala. Porém, ainda encontram dificuldades para trabalhar o tema específico da diversidade, tendo em vista que os educandos e os professores trazem visões enraizadas que exigem explicações, conhecimento e quebra de paradigmas por parte com o propósito de romper com quaisquer formas de discriminações e dos preconceitos.

Entretanto, é nítido que a maioria dos educadores ainda não detém do conhecimento ou habilidade necessária para debater sobre a diversidade no espaço escolar, não podendo assim, dar esclarecimentos aprofundados a respeito do tema. Diante de tais reflexões, enfatiza-se a emergência da formação inicial e continuada dos professores buscar estratégias voltadas para articulação da temática no contexto da proposta curricular e da prática pedagógica docente. As leis e documentos legais não são suficientes para que haja

uma mudança efetiva, é preciso que a mudança aconteça de forma consciente, tendo em vista que é direito de todos o respeito à diversidade cultural.

A escola deve abrir espaços para o debate sobre a diversidade buscando superar práticas preconceituosas e discriminatórias, e reforçar práticas pedagógicas que integram todos, independente da cor, etnia, religião, sexualidade, classe social ou qualquer particularidade dos indivíduos, apoiando uma nova forma de ensinar, em que a contextualização do ensino esteja fundamentada em valores de respeito e diálogo.

Em vista disso, faz-se necessário uma discussão mais profunda diante das indagações que permeiam os conhecimentos sobre a diversidade na escola, presentes na formação inicial e na formação contínua, de forma a garantir que todos os sujeitos possam participar criticamente da sociedade. Com base nesses pressupostos, pode-se concluir que a se faz necessário intensificar e ampliar o debate sobre a Diversidade Cultural com a comunidade escolar, dando ênfase na relevância de criar possibilidades de espaços de formação continuada voltados para o currículo diversificado e integrado, pautado na perspectiva da educação igualitária, intercultural e emancipatória.

## REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Introdução às perspectivas interculturais em educação**. Salvador: EDUFBA, 2010.

ANDRADE, Marcelo (Org.). **A diferença que desafia a escola**. Quartet, 2009.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, Paulyanne Leal de; YOSHIDA, Sônia Maria Pinheiro Ferro. **Professor: desafios da prática pedagógica na atualidade**. *Revista Educação e Linguagem*, [ICE], v. 3, n. 1, p. 1–20, 2009.

AURÉLIO, Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8 ed. p. 161. Curitiba:Positivo, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 017/2001**. Brasília. MEC/CNE 2001.

\_\_\_\_\_, Comitê nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2018.

\_\_\_\_\_, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base**. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p.

\_\_\_\_\_, **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

\_\_\_\_\_, **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 496 p.

\_\_\_\_\_, Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

\_\_\_\_\_, **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_, **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

BOLFER, Maura Maria Moraes de Oliveira. **Reflexões sobre prática docente**: estudo de caso sobre formação continuada de professores universitários, 2008. Tese (Programa de pós - graduação em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Interculturalidade e educação escolar**. Anais do IX ENDIPE. São Paulo, pp. 178-188, 1998.

\_\_\_\_\_, Vera Maria. **Didática crítica intercultural**: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_, **Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012 . Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf> >. Acesso em: 22/10/2019

CARRARA, Sérgio. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

CHIZZOTTI. Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Editora Cortez. 1995.

COSTA, Maria Eugenia Belezak. *et al.* **Desenvolvimento de Equipes**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

COUTINHO, Jeceline Barreto. et al. **Ser professor na contemporaneidade**: desafios da profissão. Revista Interdisciplinar de Extensão. V. 2. Nº 4. 2018.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papyrus, 18 ed, 2006. (Coleção Magistério Formação e Trabalho docente).

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**- elo entre as tradições e a modernidade. -2. ed. 3º reim.- Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

DIAS, Adelaide Alves. (Org.). **Direitos Humanos: capacitação de educadores - Fundamentos culturais e educacionais da Educação em Direitos Humanos - Vol. 2**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. 2, p. 155-160.

\_\_\_\_\_, **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_, **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_, **Pedagogia da tolerância**. Ana Maria Araújo Freire (Org.). São Paulo: UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_, **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_, **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_, **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 37 ed., 2008.

FERNANDES, Idilia. **A diversidade da condição humana: deficiências/diferenças na perspectiva das relações sociais**, 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal, 1992. p. 21, 70.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_, **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação** (para além das teorias da reprodução) Petrópolis, Vozes, 1986.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995.

GÓMEZ, A. I. Pérez. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnicocultural**. In: Ramos, Adão Barros. (Coordenadores). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_, **Desigualdades e diversidade na educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, jul.-set. 2012

\_\_\_\_\_, **Indagação sobre o Currículo: Diversidade e Currículo**. Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade**. Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008.

MALANCHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico- crítica. São Paulo: Autores Associados, 2016.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOREIRA, A.F.; CANDAU, V.M. **Educação escolar e culturas**: construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n. 23, p. 156-168, maio/ago, 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, A. **Formação de professores e a profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p. 13-33.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

PEROZA, Juliano. IX ANPED Sul. SEMINÁRIO DE PESQUISA E EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 2012. **Reflexões sobre Cultura e Diversidade cultural em Paulo Freire**: um humanismo crítico para a transculturalidade em educação. 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACRISTÁN, J.G; PÉREZ GÓMES, A.I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 1995.

SANT'ANNA, Fernanda Silva; BISPO, Letícia Cavina. **A Construção Social da Desigualdade entre Gêneros e suas Influências Familiares**: Um estudo da percepção de pais e mães acerca da educação dos filhos, 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2017.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura**. (Coleção primeiros passos; 110) 12ª reimpr. da 16 ed. de 1996. Editora: Brasiliense. São Paulo, 1996. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114753>>. Acesso em: 26/08/2019.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **Educação para a Diversidade**: uma prática a ser construída na Educação Básica. Produção Didático-Pedagógica – UENP, 2008.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Educação. Secretaria Adjunta De Ensino. **Proposta Curricular Marco Conceitual**. São Luís, 2017.

SEVERINO, Antônio José. **Educação, trabalho e cidadania**: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 14, n. 2, p. 65-71, June 2000 .

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos culturais.* Petrópolis-RJ: Editora Vozes; 2000.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Escola Pública e a Formação da Cidadania:** possibilidades e limites, 2000. (Programa de Pós-Graduação), Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; VERRANGIA, Douglas. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010

SCHLEICHER, Andreas. **Primeira Classe:** Como construir uma escola de qualidade para o século XXI, OCDE, Paris, 2018.

SOARES, Magda Becker. **Linguagem e Escola:** Uma Perspectiva Social. São Paulo: Ática, 1986.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do Conhecimento em Sala de Aula.** 10, ed. Editora: Libertad. 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

## APÊNDICE I

### QUESTIONÁRIO

Este questionário integra o projeto de pesquisa para elaboração da monografia intitulada “A formação de professores, currículo e diversidade uma escola da rede municipal de São Luís” visando o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, na Universidade Estadual do Maranhão. O objetivo geral é analisar a importância da formação dos professores voltada para a abordagem do currículo na perspectiva da diversidade cultural.

Ressalta-se que o questionário não é identificado para manter a garantia do sigilo das informações prestadas. Nesse sentido, solicito que responda de forma espontânea e sincera à todas as questões. Obrigada pela sua colaboração!

Aniele Rabelo Bezerra

FAIXA ETÁRIA: ( ☐ ) 25 A 35 ANOS ( ☐ ) 35 ANOS A 45 ( ☐ ) 45 A 55 ( ☐ )  
 FORMAÇÃO ACADÊMICA: NÍVEL MÉDIO / MAGISTÉRIO ( ☐ ) GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA ( ☐ ) GRADUAÇÃO EM OUTRA LICENCIATURA ( ☐ )  
 ESPECIALIZAÇÃO ( ☐ ) MESTRADO ( ☐ )  
 TURMA/ANO EM QUE LECIONA:

01- A diversidade tem suas garantias nos diferentes documentos legais, no campo concernente à educação, como por exemplo, a Constituição Federal 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.9.394/1996, PCN, BNCC, etc. Dentro desses documentos é frizada a necessidade de que os valores culturais, artísticos e históricos sejam valorizados e apreendidos pelos estudantes. No seu planejamento está contemplado os temas contemporâneos referentes a diversidade ? Como você o desenvolve e com qual periodicidade aborda os temas contemporâneos ligados à diversidade em sala de aula?

02- Com quais componentes curriculares/conteúdos você articula os temas contemporâneos para o debate da diversidade ?

03- Você participa de formação continuada?

( ) Sim. ( ) não. Se sim, com que frequência? Em quais áreas? Cite os meses e as temáticas.

04- A escola tem projetos voltados para as temáticas:

Racismo – Sim ( ) Não ( )

Diversidade religiosa – Sim ( ) Não ( )

Desigualdades sociais – Sim ( ) Não ( )

Sexualidade- Sim ( ) ( ) Não

05- A partir da sua prática e planejamento, qual é a sua concepção sobre a diversidade na escola?

06- Qual a metodologia que você usa para abordar os temas contemporâneos dentro de sala de aula?

07- Entendemos que a escola pode e deve, por meio do seu currículo, proporcionar conhecimentos que promovam o respeito à diversidade. Sabendo disso e da responsabilidade social que a escola tem, quais destes temas são mais discutidos dentro da sala de aula? Justifique.

( ) Religião

( ) Gênero e Diversidade

( ) Racismo

( ) Direitos Humanos e Cidadania

( ) Nenhum dos temas citados